

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019	9
DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018	10

Demonstração do Valor Adicionado	11
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	12
--------------------------	----

Notas Explicativas	23
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	77
--	----

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	78
---	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	79
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	80
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 31/03/2019
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	2.716.815.061
Preferenciais	0
Total	2.716.815.061
Em Tesouraria	
Ordinárias	3.456.902
Preferenciais	0
Total	3.456.902

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Reunião do Conselho de Administração	12/12/2018	Juros sobre Capital Próprio	11/03/2019	Ordinária		0,06097
Reunião do Conselho de Administração	29/01/2019	Dividendo	11/03/2019	Ordinária		0,26140

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
1	Ativo Total	84.166.079	81.697.857
1.01	Ativo Circulante	71.660.309	69.235.877
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	661.821	127.664
1.01.02	Aplicações Financeiras	7.028.305	7.171.122
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	7.028.305	7.171.122
1.01.02.01.03	Fundo de investimento em direitos creditórios	7.028.305	7.171.122
1.01.03	Contas a Receber	63.833.515	61.937.091
1.01.03.01	Clientes	63.665.689	61.817.881
1.01.03.01.01	Contas a Receber Operacionais	63.665.689	61.817.881
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	167.826	119.210
1.01.03.02.01	Contas a Receber com Partes Relacionadas	26.768	19.457
1.01.03.02.03	Outros Valores a Receber	80.048	46.177
1.01.03.02.06	Despesas Pagas Antecipadamente	61.010	53.576
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	136.668	0
1.01.08.03	Outros	136.668	0
1.01.08.03.01	Instrumentos Financeiros Derivativos	136.668	0
1.02	Ativo Não Circulante	12.505.770	12.461.980
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	2.582.018	2.558.595
1.02.01.04	Contas a Receber	19.704	20.325
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	19.704	20.325
1.02.01.07	Tributos Diferidos	936.877	914.047
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	936.877	914.047
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	1.625.437	1.624.223
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	1.625.437	1.624.223
1.02.02	Investimentos	8.895.027	8.959.143
1.02.03	Imobilizado	621.512	523.853
1.02.04	Intangível	407.213	420.389

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2019	Exercício Anterior 31/12/2018
2	Passivo Total	84.166.079	81.697.857
2.01	Passivo Circulante	67.295.310	64.602.464
2.01.02	Fornecedores	64.771.925	62.852.953
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	64.771.925	62.852.953
2.01.02.01.01	Contas a Pagar a Clientes	55.075.489	52.878.277
2.01.02.01.03	Fornecedores	519.497	548.925
2.01.02.01.04	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	9.176.939	9.425.751
2.01.03	Obrigações Fiscais	146.767	280.110
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.921.889	1.032.941
2.01.05	Outras Obrigações	454.729	436.460
2.01.05.02	Outros	454.729	436.460
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	125.655	140.687
2.01.05.02.04	Instrumentos financeiros derivativos	132.603	75.692
2.01.05.02.06	Outras Obrigações	196.471	220.081
2.02	Passivo Não Circulante	7.830.639	7.731.124
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.270.626	5.265.627
2.02.02	Outras Obrigações	766.236	710.265
2.02.04	Provisões	1.793.777	1.755.232
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.793.777	1.755.232
2.02.04.01.05	Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	1.793.777	1.755.232
2.03	Patrimônio Líquido	9.040.130	9.364.269
2.03.01	Capital Social Realizado	5.700.000	5.700.000
2.03.02	Reservas de Capital	19.426	24.304
2.03.02.05	Ações em Tesouraria	-58.534	-50.578
2.03.02.07	Reserva de Capital	77.960	74.882
2.03.04	Reservas de Lucros	3.271.575	3.580.343
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	49.129	59.622

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	1.432.491	1.631.110
3.01.01	Receita Operacional	1.597.286	1.852.416
3.01.02	Impostos sobre Serviços	-164.795	-221.306
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-643.922	-614.665
3.03	Resultado Bruto	788.569	1.016.445
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-288.179	-52.905
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-288.179	-52.905
3.04.02.01	Despesas Gerais e Administrativas	-128.777	-93.029
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-85.768	-61.062
3.04.02.04	Vendas e Marketing	-28.788	-28.055
3.04.02.05	Outras Despesas Operacionais, Líquidas	-98.853	-51.887
3.04.02.06	Equivalência Patrimonial	54.007	181.128
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	500.390	963.540
3.06	Resultado Financeiro	230.710	366.375
3.06.01	Receitas Financeiras	328.553	492.600
3.06.01.01	Receitas Financeiras	5.686	58.417
3.06.01.02	Resultado com Aquisição de Recebíveis e FIDC	275.256	443.342
3.06.01.03	Variação Cambial, Líquida	47.611	-9.159
3.06.02	Despesas Financeiras	-97.843	-126.225
3.06.02.01	Despesas Financeiras	-97.843	-126.225
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	731.100	1.329.915
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-182.568	-334.263
3.08.01	Corrente	-202.535	-328.785
3.08.02	Diferido	19.967	-5.478
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	548.532	995.652
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	548.532	995.652
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	0,20197	0,36681
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	0,20177	0,36647

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
4.01	Lucro Líquido do Período	548.531	995.652
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-10.493	-699
4.02.01	Variação Cambial sobre Investimentos no Exterior	-4.936	-699
4.02.04	Benefícios pós emprego	-5.557	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	538.038	994.953

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	99.752	622.824
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	696.775	994.151
6.01.01.01	Lucro antes da IR e da CS	731.099	1.329.915
6.01.01.02	Depreciações e Amortizações	73.988	82.307
6.01.01.03	Constituição de Provisão para Perda c/ Imob. Intang. Liq.	-6.575	-4.304
6.01.01.04	Custo Residual de Imobilizado e Intangível Baixado	8.520	23.519
6.01.01.05	Opções de Ações Outorgadas	6.880	5.663
6.01.01.09	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	74.983	49.446
6.01.01.10	Provisão para Riscos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	40.734	-3.321
6.01.01.12	Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	82.686	108.707
6.01.01.13	Varição Cambial sobre Juros de Empréstimos e Financiamentos Captados no Exterior	29.018	13.297
6.01.01.14	Equivalência Patrimonial	-54.007	-181.128
6.01.01.15	Resultados não realizados com derivativos	-4.065	34.987
6.01.01.16	Rendimento de participação no FIDC	-286.486	-464.937
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-257.926	60.498
6.01.02.01	Contas a Receber Operacionais	-1.892.550	5.362.346
6.01.02.02	Contas a Receber com Partes Relacionadas	-7.311	-9.263
6.01.02.03	Impostos Antecipados e a Recuperar	-43.317	-45.670
6.01.02.04	Outros Valores a Receber (Circulante/ Não Circulante)	-7.434	-2.791
6.01.02.05	Depósitos Judiciais	-1.214	-4.011
6.01.02.07	Contas a Pagar Estabelecimentos	2.197.212	-5.018.130
6.01.02.10	Contas a Pagar com Partes Relacionadas	-248.812	-80.509
6.01.02.11	Outras Obrigações (Circulante/ Não Circulante)	-14.877	-12.036
6.01.02.12	Rendas a receber	-30.698	-9.129
6.01.02.13	Pagamento de Processos Tributários, Cíveis e Trabalhistas	-2.189	-4.387
6.01.02.14	Créditos tributários	-22.828	5.478
6.01.02.15	Sociais e estatutárias	104.210	137.964
6.01.02.16	Fiscais e previdenciárias	-288.118	-259.364
6.01.03	Outros	-339.097	-431.825
6.01.03.02	Juros Pagos	-132.119	-157.485
6.01.03.03	IR e CS Pagos	-206.978	-274.340
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	406.825	462.941
6.02.01	"Aumento de Capital em Controladas, ""Joint Ventures"" e Coligadas"	0	-55.000
6.02.02	Aquisições de cotas de FIDC	-1.056.689	0
6.02.03	Resgate de cotas de FIDC	1.488.185	442.664
6.02.04	Dividendos Recebidos de Controladas	135.824	123.536
6.02.05	Adições ao Imobilizado e Intangível, Líquido da Provisão para Perdas	-160.495	-48.259
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	27.603	-1.548.409
6.03.01	Aquisição de Ações em Tesouraria	-11.758	-11.758
6.03.02	Venda de Ações em Tesouraria pelo exercício de opção de Ações	0	7.337
6.03.03	Captação de Empréstimos	920.000	0
6.03.04	Pagamento de Principal de Empréstimos	-5.639	-167.003

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
6.03.06	Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Pagos	-875.000	-1.376.985
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	534.180	-462.644
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	127.664	3.909.521
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	661.844	3.446.877

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/03/2019**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	5.700.000	20.677	3.583.971	0	59.622	9.364.270
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	-4.878	-857.300	0	0	-862.178
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.758	0	0	0	-11.758
5.04.06	Dividendos	0	0	-709.500	0	0	-709.500
5.04.09	Opção de ações e ações outorgadas	0	6.880	0	0	0	6.880
5.04.14	Juros sobre o capital próprio propostos	0	0	-147.800	0	0	-147.800
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	548.531	0	-10.493	538.038
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	548.531	0	0	548.531
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-10.493	-10.493
5.05.02.06	Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-4.936	-4.936
5.05.02.08	Benefícios pós emprego	0	0	0	0	-5.557	-5.557
5.07	Saldos Finais	5.700.000	15.799	3.275.202	0	49.129	9.040.130

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2018 à 31/03/2018**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	4.700.000	8.695	5.293.153	0	149.019	10.150.867
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.242	-1.209.385	0	0	-1.208.143
5.04.04	Ações em Tesouraria Adquiridas	0	-11.758	0	0	0	-11.758
5.04.09	Opção de ações outorgadas	0	5.663	0	0	0	5.663
5.04.10	Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	0	7.337	0	0	0	7.337
5.04.14	Juros sobre capital próprio propostos	0	0	-150.600	0	0	-150.600
5.04.16	Dividendos adicionais pagos aos mínimos obrigatórios de 2018	0	0	-1.058.785	0	0	-1.058.785
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	995.653	0	-699	994.954
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	995.653	0	0	995.653
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-699	-699
5.05.02.06	Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	0	0	0	0	-699	-699
5.07	Saldos Finais	4.700.000	9.937	5.079.421	0	148.320	9.937.678

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2019 à 31/03/2019	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2018 à 31/03/2018
7.01	Receitas	1.522.303	1.793.830
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	1.597.286	1.852.416
7.01.02	Outras Receitas	-74.983	-58.586
7.01.02.01	Perdas com Créditos Incobráveis e Fraude	-74.983	-58.586
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-702.761	-580.048
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-532.943	-463.617
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-145.949	-110.603
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	-7.898	-3.766
7.02.04	Outros	-15.971	-2.062
7.03	Valor Adicionado Bruto	819.542	1.213.782
7.04	Retenções	-73.988	-104.087
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-73.988	-104.087
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	745.554	1.109.695
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	382.560	698.213
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	54.007	181.128
7.06.02	Receitas Financeiras	328.553	517.085
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.128.114	1.807.908
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.128.114	1.807.908
7.08.01	Pessoal	117.308	90.530
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	362.597	596.295
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	99.678	125.430
7.08.03.03	Outras	99.678	125.430
7.08.03.03.01	Despesas com juros e aluguéis incorridos	99.678	125.430
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	548.531	995.653
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	147.800	150.600
7.08.04.02	Dividendos	216.973	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	183.758	845.053

Comentário do Desempenho

SENHORES ACIONISTAS

Apresentamos o Comentário do Desempenho e as Informações Contábeis Intermediárias da Cielo S.A. (“Controladora” ou “Cielo”), de suas controladas e coligada (denominadas em conjunto “Grupo”), referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, acompanhados do Relatório sobre a revisão de informações trimestrais (ITR) dos nossos Auditores Independentes.

Conforme obtenção da autorização emitida pelo Banco Central do Brasil para atuar como instituição de pagamento na modalidade de credenciadora em abril de 2017, as demonstrações financeiras individuais (Controladora) e Consolidadas foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do Banco Central do Brasil (BACEN), da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (aqui denominadas em conjunto como “COSIF”).

As informações contábeis consolidadas contemplaram os saldos das contas da Cielo (Controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag, Cielo USA, Cateno e Aliança e das controladas indiretas Stelo, Merchant e-Solutions e M4Produtos. O resultado das controladas em conjunto Orizon e Paggo (sem atividades operacionais), foram reconhecidos por meio do método de equivalência patrimonial nas informações contábeis consolidadas. Quando necessário, essas informações contábeis foram ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, receitas e despesas entre as empresas do Grupo foram eliminadas integralmente nas informações contábeis consolidadas.

Adicionalmente, em setembro de 2018, obtivemos a autorização pelo Banco Central do Brasil (BACEN) para compra dos 70% restante da controlada indireta Stelo pela controlada Aliança.

Em conformidade com a Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, a Sociedade optou por elaborar suas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais, uma vez que os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB. Apresentamos a seguir, a reconciliação do resultado do 1T19 entre as práticas contábeis COSIF e IFRS (utilizada até 4T18 para preenchimento das Informações Trimestrais):

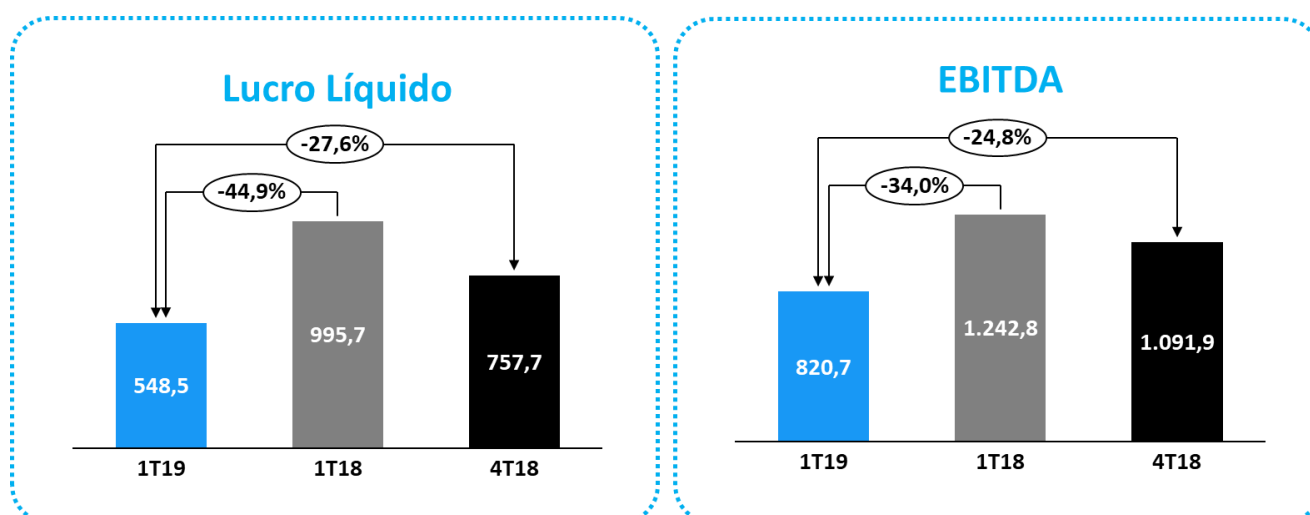
Em R\$ milhões	1T19	
	Lucro Líquido	Patrimônio Líquido
COSIF	548,5	9.040,1
(-) Amort. Ágio	6,5 (a)	1.774,2 (c)
(-) Variação cambial líquida	6,8 (b)	-
(-) Reclassificação de transação de capital entre sócios	-	82,3 (d)
IFRS/CPC	561,8	10.896,6

- Referente à amortização de ágio originado na aquisição do controle da Multidisplay.
- A variação cambial sobre os *Ten Years Bonds*, líquido dos tributos, emitidos pela Cielo, foi reconhecida no resultado do exercício em COSIF. De forma diversa, no IFRS, a variação cambial sobre os *Ten Years Bonds* impacta a rubrica de “Outros Resultados Abrangentes”, diretamente no Patrimônio Líquido, em decorrência da efetividade do *hedge accounting* designado entre o investimento em dólar na controlada americana Cielo USA e o endividamento em dólar (*bonds*).
- Refere-se à amortização acumulada dos ágios originados na aquisição de investimentos pela Cielo e suas controladas.
- Refere-se ao ágio pago pela Cielo, em julho de 2016, na aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação. No IFRS, esta operação foi tratada como uma transação de capital entre sócios, registrada diretamente no Patrimônio Líquido. No COSIF, o montante compõe o grupo de intangível, no ativo, nos demonstrativos contábeis consolidados.

Comentário do Desempenho

DESTAQUES 1T19

- Volume financeiro da Cielo de transações totalizou R\$156,8 bilhões, redução de 7,1% em relação ao 4T18 ou R\$12,1 bilhões e aumento de 2,7% em relação ao 1T18, ou R\$4,1 bilhões;
- Receita líquida consolidada totalizou R\$2.773,1 milhões, redução de 7,9% em relação ao 4T18 ou R\$238,5 milhões e também redução de 0,4% em relação ao 1T18 ou R\$11,6 milhões;
- Aquisição de recebíveis (ARV), antes do custo de capital próprio e de terceiros, totalizou R\$302,0 milhões, representando uma redução de 3,4% em relação ao 4T18 e de 34,8% em relação ao 1T18. O ARV atingiu 17,6% sobre o volume financeiro de crédito capturado pela Cielo no trimestre, aumento de 1,7 ponto percentual em relação ao 4T18 e de 0,1 ponto percentual em relação ao 1T18;
- Os gastos totais Consolidados (custos e despesas) totalizaram R\$2.189,3 milhões, aumento de 1,2% em relação ao 4T18 ou R\$26,5 milhões e de 22,4% em relação ao 1T18 ou R\$401,1 milhões;
- Lucro líquido Cielo totalizou R\$548,5 milhões, redução de 27,6% em relação ao 4T18 ou R\$209,2 milhões e de 44,9% em relação ao 1T18 ou R\$447,1 milhões; e
- EBITDA consolidado de R\$820,7 milhões, redução de 24,8% em relação ao 4T18 ou R271,2 milhões e de 34,0% em relação ao 1T18 ou R\$422,0 milhões.



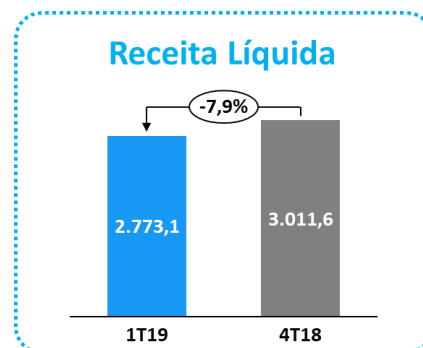
Comentário do Desempenho**DESEMPENHO OPERACIONAL 1T19****Volume
Financeiro de
Transações****Evolução Trimestral**

No 1T19, o volume financeiro de transações na Cielo totalizou R\$156,8 bilhões, representando uma redução de 7,1% ou R\$12,1 bilhões, quando comparado aos R\$168,9 bilhões capturados no 4T18 e 2,7% ou R\$4,1 bilhões, em comparação aos R\$152,7 bilhões do 1T18.

Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações totalizou R\$93,2 bilhões no 1T19, apresentando uma redução de 5,0% em relação ao 4T18 e um aumento de 6,4% em relação ao 1T18.

Com a modalidade débito, o volume financeiro de transações totalizou R\$63,5 bilhões no 1T19, redução de 10,1% em comparação ao 4T18 e de 2,3% em relação ao 1T18.

Adicionalmente, a Cielo capturou 1,7 bilhão de transações no 1T19, um decréscimo de 6,0% em relação ao 4T18 e de 2,3% em relação ao 1T18.

DESEMPENHO FINANCEIRO 1T19**COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE DEZEMBRO DE 2018****Receita
Líquida****Evolução Trimestral**

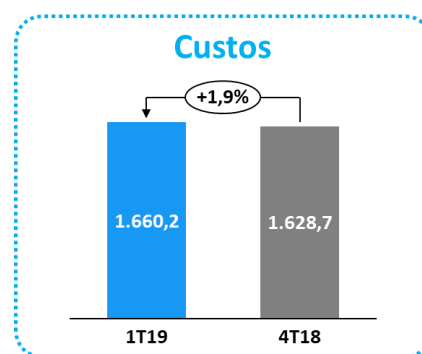
A receita líquida consolidada totalizou R\$2.773,1 milhões no 1T19, representando uma redução de R\$238,5 milhões ou 7,9%, quando comparada com R\$3.011,6 milhões no 4T18.

O decréscimo da receita líquida proveniente de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito está relacionado à sazonalidade do negócio da Sociedade e de suas controladas Cateno e Merchant e-Solutions no 4T18, principalmente em função das vendas de final de ano, além da redução nas receitas de comissão, pela pressão sobre o preço e sobre as receitas de aluguel na Controladora, devido ambiente competitivo. O decréscimo das receitas líquidas consolidadas foi compensado parcialmente pela expansão dos negócios dos serviços de recarga online da Controlada Multidisplay e do crescimento nos serviços de adquirencia na controlada indireta Stelo.

Comentário do Desempenho

Custos dos Serviços Prestados

Evolução Trimestral



O custo dos serviços prestados consolidado totalizou R\$1.660,2 milhões no 1T19, representando um aumento de R\$31,5 milhões, ou 1,9% em comparação ao 4T18. O acréscimo decorre consideravelmente pelos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$46,1 milhões ou 27,6% nos **custos com serviços prestados** da **controlada Multidisplay**, diretamente relacionado à receitas de serviços no trimestre devido expansão dos negócios e novos canais de receita de recarga online;
- (ii) Aumento líquido de R\$10,5 milhões nos custos das **atividades de aquisição e outros custos**, da **controlada indireta Stelo**, diretamente relacionado ao aumento das receitas da controlada no trimestre, devido expansão dos negócios;
- (iii) Aumento líquido de R\$27,7 milhões nos custos das **atividades de aquisição da Cielo**, refere-se à redução do crédito tributário sobre insumos (PIS/Cofins) capturados no trimestre, aumento nos gastos com **Fees de Bandeiras**, bem como ao aumento nos custos com **Processamento de transações**;
- (iv) Compensação parcial pela redução líquida de R\$37,8 milhões ou 10,2% nos **custos dos serviços prestados** da **controlada Merchant e-Solutions**, sobretudo relacionado à redução no volume de serviços da controlada, quando comparada ao 4T18, devido à sazonalidade do negócio em função das vendas de final de ano; e
- (v) Compensado parcialmente pela redução líquida de R\$20,2 milhões ou 6,1% em **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** da Controladora, sobretudo relacionado à redução nos custos de **depreciação**, devido mudança na estimativa de vida útil dos equipamentos de captura de três anos para cinco anos, bem como redução de **demais serviços de processamento**, compensada parcialmente pelo aumento em **manutenção de terminais / ativação de clientes**.

Despesas Operacionais

Evolução Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$527,1 milhões no 1T19, apresentando uma redução de R\$5,9 milhões ou 1,1%, em relação ao 4T18. A redução decorre de forma predominante pelos seguintes eventos:

Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing reduziram R\$49,3 milhões ou 59,3%, para R\$33,9 milhões no 1T19, comparadas com os R\$83,2 milhões no 4T18. A redução decorre substancialmente da concentração de gastos ocorridos no 4T18 com campanhas de marketing institucionais e de ações comerciais, com menor incidência no 1T19;

Comentário do Desempenho

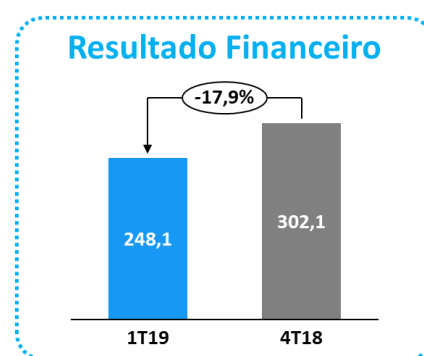
Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$23,6 milhões ou 14,5%, para R\$187,4 milhões no 1T19, comparadas com os R\$163,8 milhões no 4T18. O aumento decorre sobretudo, pelo crescimento de colaboradores da força comercial, como estratégia da Companhia, bem como aumento nos gastos com pessoal na controlada Merchant e-Solutions;

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, aumentaram R\$12,2 milhões ou 7,1%, para R\$184,4 milhões no 1T19, comparadas com os R\$172,2 milhões no 4T18. O acréscimo está sobretudo relacionado ao aumento nas despesas de amortização de subsídio das vendas de POS na controlada indireta Stelo, compensado parcialmente pela redução em serviços profissionais e consultoria, na Controladora; e

Outras despesas operacionais líquidas incluindo Contingências - As outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingência, aumentaram R\$8,3 milhões ou 7,2%, para R\$123,3 milhões no 1T19, comparadas com os R\$115,0 milhões no 4T18. O acréscimo está relacionado à maior número de contestações na controlada Cateno.

Resultado Financeiro

Evolução Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$248,1 milhões no 1T19, representando uma redução de 17,9% ou R\$54,0 milhões em relação ao 4T18, que obteve um resultado de R\$302,1 milhões. O decréscimo ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$32,1 milhões ou 41,6%, para R\$45,2 milhões no 1T19, comparadas com os R\$77,3 milhões no 4T18. O decréscimo das receitas financeiras, está relacionado a utilização do caixa para fomento da operação de ARV no 1T19, conseqüentemente, do menor saldo médio de aplicação financeira.

Despesas financeiras - As despesas financeiras aumentaram R\$16,0 milhões ou 12,3%, para R\$146,7 milhões no 1T19, comparadas com os R\$130,7 milhões no 4T18. O acréscimo está sobretudo relacionado ao aumento do saldo médio de endividamento, pela utilização do caixa para fomento da operação de aquisição de recebíveis no 1T19;

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, totalizou R\$302,0 milhões no 1T19, apresentando uma redução de R\$10,5 milhões ou 3,4%, quando comparada com os R\$312,5 milhões no 4T18. O decréscimo está relacionado à redução do volume de crédito, devido sazonalidade do negócio, bem como redução de taxa média praticada;

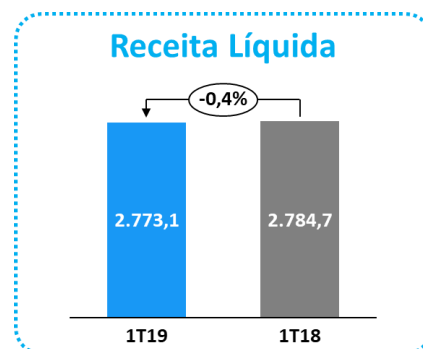
Variação Cambial, líquida – A variação cambial, líquida, totalizou R\$47,6 milhões no 1T19, apresentando um ganho de R\$4,8 milhões ou 11,1%, quando comparada com os R\$42,8 milhões no 4T18. O ganho refere-se à maior apreciação do real no 1T19, durante período sem contratação de derivativo para proteção da variação cambial, em comparação ao 4T18.

Comentário do Desempenho

COMPARAÇÃO DAS CONTAS DE RESULTADO NOS TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2019 E 31 DE MARÇO DE 2018

Receita Líquida

Evolução Trimestral

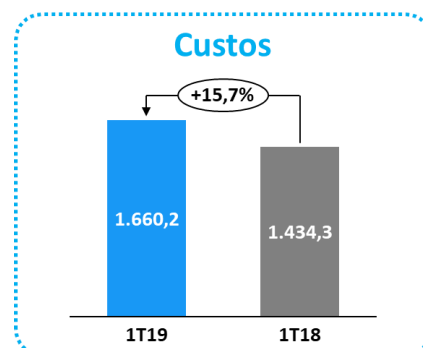


A receita líquida da Cielo consolidada totalizou R\$2.773,1 milhões no 1T19, representando um decréscimo de 0,4% ou R\$11,6 milhões, quando comparada aos R\$2.784,7 milhões no 1T18.

O decréscimo das receitas líquidas consolidadas é resultado da redução nas receitas de comissão impactada pelo ambiente competitivo com pressão sobre os preços e redução das receitas de aluguel de equipamentos de captura, devido à queda no parque cobrado, além do aumento na participação de clientes do segmento Grandes Contas. Essa redução foi compensada pelo aumento nas receitas do produto Receba Rápido na Controladora, bem como acréscimo relacionado à expansão dos negócios e dos serviços de recarga online da controlada Multidisplay, à consolidação da controlada indireta Stelo a partir do 3T18, além do crescimento nas receitas das controladas Merchant e-Solutions, devido apreciação do dólar, e acréscimo nas receitas da controlada Cateno relacionado ao aumento de volume capturado nesse trimestre em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Custos dos Serviços Prestados

Evolução Trimestral



O **custo dos serviços prestados** totalizou R\$1.660,2 milhões no 1T19, representando um aumento de R\$225,9 milhões ou 15,7%, quando comparado aos R\$1.434,3 milhões realizado no mesmo trimestre do exercício anterior. O aumento decorre dos seguintes eventos:

- (i) Aumento de R\$85,1 milhões ou 66,3% nos **custos com serviços prestados** da controlada **Multidisplay**, diretamente relacionado à receitas de serviços no trimestre devido expansão dos negócios e novos canais de receita de recarga online;
- (ii) Aumento de R\$48,0 milhões ou 13,1% nos custos vinculados à gestão de **contas de pagamento do Arranjo Ourocard**, relacionado à remuneração dos **Fees de bandeiras** e a **Central de Atendimento**, em decorrência do maior volume capturado no 1T19 em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, parcialmente compensado por ações de eficiência operacional nas linhas de custos com impressão e postagem de faturas e documentos;
- (iii) Aumento líquido de R\$47,4 milhões ou 16,5% nos custos das **atividades de aquisição** da Cielo, refere-se ao aumento nos gastos com **Fees de bandeiras**, preponderantemente pelo fim de descontos concedidos e início da cobrança de transações e-commerce em 2019 pela bandeira

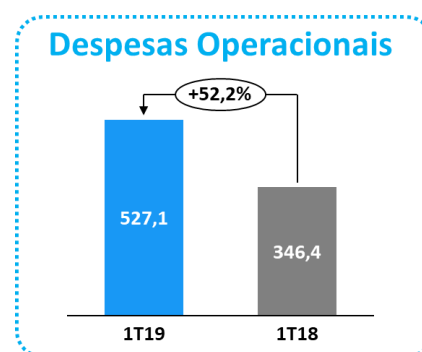
Comentário do Desempenho

MasterCard, bem como pelos impactos devido as mudanças nos modelos contratuais das bandeiras e aumento na volumetria ocorridos entre os períodos;

- (iv) Aumento de R\$35,2 milhões ou 11,8% nos **custos da controlada Merchant e-Solutions**, sobretudo relacionado à apreciação do dólar no período;
- (v) Aumento líquido de R\$24,2 milhões nos custos das **atividades de aquisição e outros custos**, da **controlada indireta Stelo**, devido consolidação dessa companhia a partir do 3T18;
- (vi) Compensado parcialmente pela redução líquida de R\$17,8 milhões ou 5,4% em **custos vinculados aos equipamentos e outros custos** da Controladora, sobretudo relacionado à redução nos custos de **depreciação**, devido mudança na estimativa de vida útil dos equipamentos de captura de três anos para cinco anos, compensada parcialmente pelo aumento em **demais serviços de processamento**.

Despesas Operacionais

Evolução Trimestral



As despesas operacionais totalizaram R\$527,1 milhões no 1T19, apresentando um aumento de R\$180,7 milhões ou 52,2% quando comparadas com R\$346,4 milhões no 1T18. O aumento ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Despesas de pessoal - As despesas de pessoal aumentaram R\$61,2 milhões ou 48,5%, para R\$187,4 milhões no 1T19, comparadas com os R\$126,2 milhões no 1T18. O aumento decorre sobretudo, pelo aumento em colaboradores da força comercial, como estratégia da Companhia, bem como reajuste salarial (acordo coletivo) no 2S18 e consolidação da controlada indireta Stelo em contínuo crescimento a partir do 3T18;

Despesas gerais e administrativas - As despesas gerais e administrativas, aumentaram R\$50,8 milhões ou 38,1%, para R\$184,4 milhões no 1T19, comparadas com os R\$133,6 milhões no 1T18. O acréscimo está consideravelmente relacionado à consolidação da controlada indireta Stelo a partir do 3T18, bem como aumento das despesas comerciais da Controladora e maiores gastos na Merchant E-Solutions em decorrência da apreciação do dólar;

Outras despesas operacionais líquidas, incluindo Contingências - As outras despesas operacionais líquidas, incluindo contingência aumentaram R\$60,7 milhões ou 97,0%, para R\$123,3 milhões no 1T19, comparadas com os R\$62,6 milhões no 1T18. O acréscimo está relacionado à maior baixa de créditos incobráveis na Controladora e na controlada Cateno no 1T19;

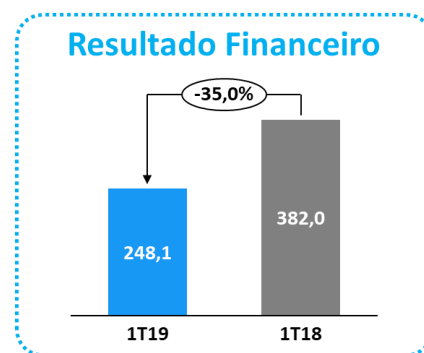
Despesas de vendas e marketing - As despesas de vendas e marketing aumentaram R\$2,4 milhões ou 7,5%, para R\$33,9 milhões no 1T19, comparadas com os R\$31,5 milhões no 1T18. O aumento está relacionado ao aumento de gastos com campanhas de marketing e de ações comerciais, quando comparado com o mesmo trimestre do exercício anterior; e

Equivalência Patrimonial – A receita de equivalência patrimonial reduziu R\$5,6 milhões ou 73,7%, para R\$2,0 milhões no 1T19, comparadas com os R\$7,6 milhões no 1T18. A redução nas receitas com equivalência patrimonial refere-se sobretudo a consolidação da controlada indireta Stelo contabilizada por equivalência patrimonial, na controlada Aliança, até 3T18.

Comentário do Desempenho

Resultado Financeiro

Evolução Trimestral



O resultado financeiro totalizou R\$248,1 milhões no 1T19, uma redução de R\$133,9 milhões ou 35,0% em relação ao 1T18, que obteve um resultado de R\$382,0 milhões. O decréscimo ocorreu fundamentalmente em decorrência dos seguintes eventos:

Receitas financeiras - As receitas financeiras reduziram R\$54,8 milhões ou 54,8%, para R\$45,2 milhões no 1T19, comparadas com os R\$100,0 milhões no 1T18. O decréscimo das receitas financeiras, está relacionado a utilização do caixa para fomento da operação de ARV no 1T19, conseqüentemente, do menor saldo médio de aplicação financeira;

Despesas financeiras - As despesas financeiras reduziram R\$10,9 milhões ou 6,4%, para R\$146,7 milhões no 1T19, comparadas com os R\$157,7 milhões no 1T18. O decréscimo está relacionado à redução do endividamento médio com terceiros, em virtude da amortização das debêntures públicas e FINAME;

Aquisição de recebíveis líquido (ARV) – A aquisição de recebíveis, antes do custo de capital próprio e de terceiros, líquida dos tributos, totalizou R\$302,0 milhões no 1T19, apresentando uma redução de R\$161,3 milhões ou 34,8%, quando comparada com os R\$463,3 milhões no 1T18. O decréscimo está relacionado à redução de taxa média efetiva, compensado parcialmente pelo aumento no volume no período; e

Variação Cambial, líquida – O ganho de variação cambial, líquida, totalizou R\$47,6 milhões no 1T19, apresentando um ganho de R\$71,3 milhões, quando comparada a perda de variação cambial de R\$23,7 milhões no 1T18. O ganho refere-se à variação cambial sobre os Bonds, cuja a administração, em 7 de janeiro de 2019, efetuou proteção da variação cambial com contratação de derivativo.

EBITDA

EBITDA

Evolução Trimestral

O EBITDA totalizou R\$820,7 milhões no 1T19, representando uma redução de 34,0% em relação ao 4T18 e de 24,8% sobre o 1T18, conforme demonstrado a seguir:

EBITDA (R\$ milhões)	1T19	1T18	4T18
Lucro Líquido Cielo	548,5	995,7	757,7
Outros acionistas que não a Cielo	40,7	49,9	56,1
Resultado Financeiro Líquido	(248,1)	(382,0)	(302,1)
Imposto de Renda e Contribuição Social	244,6	340,4	338,3
Depreciação e Amortização	235,0	238,8	242,0
EBITDA	820,7	1.242,8	1.091,9
% Margem EBITDA	29,6%	44,6%	36,3%

Comentário do Desempenho

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalta-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação dos acionistas não controladores.

A Administração acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e de rentabilidade.

No entanto, o EBITDA não é uma medida contábil utilizada nas práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS), não representa o fluxo de caixa para os períodos apresentados e não deve ser considerado como alternativa ao lucro líquido na qualidade de indicador de desempenho operacional ou como uma alternativa ao fluxo de caixa na qualidade de indicador de liquidez. Adicionalmente, o EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade em razão de não considerar determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, o lucro, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A governança corporativa é um valor para a Companhia, que tem como uma de suas metas o seu aperfeiçoamento constante, em um processo contínuo e de longo prazo, voltado para a performance sustentável da Companhia. Para tanto, a Companhia adota, de forma voluntária, as melhores práticas de governança corporativa, além daquelas exigidas para empresas listadas no Novo Mercado da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), evidenciando o comprometimento da Companhia e de seus administradores com o interesse de seus acionistas e investidores.

A maximização de sua eficiência e criação de valor de longo prazo traduz-se, por exemplo, por meio (a) da adoção de sistema adequado de tomada de decisões e do monitoramento acerca do cumprimento desse sistema; (b) da manutenção de uma Secretaria de Governança Corporativa, a qual tem por objetivo auxiliar os órgãos de administração e dos comitês/fóruns de assessoramento da Companhia e suas controladas, bem como garantir a observância das melhores práticas de governança corporativa; (c) da prática de condutas éticas e sustentáveis; (d) da avaliação formal de desempenho do Conselho de Administração, seus Comitês de Assessoramento e Diretoria-Executiva, de forma colegiada e individual; (e) da presença de pessoas distintas ocupando os cargos de Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente; (f) da existência de calendário anual e pauta mínima do Conselho de Administração, contendo todos os temas a serem abordados ao longo do ano nas reuniões previamente agendadas; (g) da troca de informações por meio do Portal Eletrônico de Governança Corporativa; (h) da existência de Política de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo conflito de interesses; (i) do Código de Conduta Ética de adesão obrigatória por todos os colaboradores e administradores, o qual estabelece as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas.

Importante destacar que, em 2013, a Companhia formalizou a Política para Transações com Partes Relacionadas e demais situações envolvendo conflito de interesses da Companhia (“Política”), que teve por objetivo consolidar os procedimentos a serem observados nos negócios da Companhia envolvendo partes relacionadas, bem como em outras situações que envolvam potencial conflito de interesse, conferindo transparência sobre referidos procedimentos aos seus acionistas e ao mercado em geral e garantindo o seu estrito alinhamento aos interesses da Companhia, sempre consoante às melhores práticas de Governança Corporativa. Em junho de 2018, a referida Política foi atualizada.

As questões referentes ao conflito de interesses/partes relacionadas devem ser direcionadas ao Comitê de Governança Corporativa para que este, mediante premissas, filtros e mecanismo definidos na Política, recomende o tema para a deliberação do Conselho de Administração. Quando se tratar de assuntos relacionados ao conflito de interesses/partes relacionadas entre os acionistas integrantes do bloco de controle e a Companhia, o Comitê de Governança Corporativa, em caráter excepcional, será composto por todos os Conselheiros independentes, devendo dois dos Conselheiros serem convocados a apreciar a matéria na condição de membro “ad hoc” do Comitê de Governança Corporativa, em substituição aos representantes dos Acionistas Controladores.

Como exemplos práticos, temos (a) a política de incentivos aos bancos aprovada exclusivamente pelos membros independentes do Conselho de Administração e (b) a aquisição da totalidade das ações da Stelo S.A.

Comentário do Desempenho

(fruto da associação entre a Cielo e sua controlada Aliança Pagamentos e Participações Ltda.) realizada exclusivamente pelos conselheiros independentes.

Em relação aos órgãos de governança corporativa da Companhia, o Conselho de Administração, com atuação colegiada, é composto por 11 (onze) membros, os quais não exercem função executiva na Companhia, sendo 03 (três) deles membros independentes, cuja independência visa especialmente resguardar os interesses da Companhia e de seus acionistas minoritários. Ao Conselho de Administração compete, entre outras atribuições, fixar a orientação geral dos negócios da Companhia, eleger os membros da Diretoria Executiva e fiscalizar sua gestão. Atualmente, a Diretoria Estatutária da Companhia é composta por 08 (oito) membros e exerce a administração geral da Companhia, observadas as diretrizes fixadas pelo Conselho de Administração. Ademais, como mais uma evidência da aderência da Companhia às melhores práticas de Governança Corporativa, o Conselho de Administração possui 7 (sete) comitês de assessoramento, quais sejam: Comitê de Auditoria, Comitê de Finanças, Comitê de Governança Corporativa, Comitê de Pessoas, Comitê de Sustentabilidade, Comitê de Inovação e Comitê de Riscos; e a Diretoria Executiva possui 8 (oito) fóruns de assessoramento: Fórum de Divulgação, Fórum de Ética, Fórum de Gestos, Fórum de Fórum de Investimentos Sociais e Culturais, Fórum de Preços, Fórum de Projetos e Fórum de Diversidade, e Fórum de Produtos e Serviços.

O Conselho Fiscal da Companhia, órgão independente da administração, está atualmente instalado para supervisionar as atividades da administração e é composto por 05 (cinco) membros, sendo 01 (um) membro independente.

A Companhia está comprometida com a inclusão dos temas associados à Sustentabilidade em suas práticas, visando assegurar o sucesso do negócio no longo prazo, contribuir para um meio ambiente saudável, uma sociedade mais justa e o desenvolvimento socioeconômico do país.

Para melhor estruturar o atingimento desses compromissos, a Companhia, em 2017, também revisou seu Plano Estratégico de Sustentabilidade. Aderente ao Planejamento de Negócios da Companhia, aprovado pela Diretoria-Executiva, pelo Comitê de Sustentabilidade e pelo Conselho de Administração, o plano possibilitou um entendimento mais claro de como a sustentabilidade pode efetivamente agregar valor e impulsionar os negócios da Companhia, que detém enorme potencial de movimentar a economia brasileira. Ao fim do processo, a estrutura do plano prevê iniciativas de potencial diferenciação no mercado – engajamento de colaboradores para uma cultura de sustentabilidade e estímulo ao empreendedorismo, e reforço às boas práticas já adotadas pela Cielo – gestão ambiental, investimento social privado e gestão de fornecedores críticos do ponto de vista da sustentabilidade.

As boas práticas, já implementadas pela Companhia, se dão no dia a dia, por meio de iniciativas ambientais consistentes, como por exemplo, o estabelecimento de uma estratégia climática, que inclui a realização do Inventário de Gases de Efeito Estufa (GEE) – alinhado às melhores práticas globais, auditado e publicado no Registro Público de Emissões do Programa Brasileiro GHG Protocol, e a compensação das emissões de carbono; o investimento em projetos sociais que promovem a educação, por meio de ações que contribuam com a melhoria da educação básica e/ ou profissionalizante, e iniciativas que possibilitem a geração de renda e contribuam para o desenvolvimento dos empreendedores brasileiros.

A geração de valor para a Companhia e para os públicos com os quais nos relacionamos se dá por meio de uma conduta ética, premissa que orienta e permeia todas as atividades da Companhia. Por meio do Código de Conduta Ética, a Companhia busca garantir as melhores práticas corporativas no relacionamento com seus diversos públicos de interesse.

Em consonância com o princípio da transparência, a Companhia publicou, em abril de 2018, o Relatório de Sustentabilidade 2017, o qual foi elaborado com base nas diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI), versão GRI Standards, apresentando informações sobre o desempenho em relação aos aspectos mais relevantes para a sustentabilidade do negócio, buscando assim demonstrar sua capacidade de gerar valor e atuar de maneira perene.

Essa agenda de sustentabilidade promove oportunidades de negócios e possibilita vantagens competitivas à Companhia, percebidas pelo mercado financeiro e por toda a sociedade. Exemplo disso a Companhia, integra, pelo sexto ano consecutivo, a carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da B3 (Brasil, Bolsa e Balcão), reconhecimento que atesta, dentre as iniciativas da Companhia, as boas práticas de governança

Comentário do Desempenho

corporativa, gestão de fornecedores – levando em consideração aspectos socioambientais e ações de promoção da qualidade de vida dos colaboradores.

Em 2018, a Companhia integrou, pelo terceiro ano consecutivo, a carteira do Dow Jones Sustainability Index (DJSI), na categoria World (com vigência até setembro de 2019). Para serem incluídas, as empresas passam por rigoroso processo seletivo, que analisa dados econômicos, desempenho ambiental e social, governança corporativa, gestão de riscos, mitigação da mudança climática, práticas trabalhistas, dentre outras. E, desde 2011, a Companhia possui American Depositary Receipts (ADRs), nível I, listada no mercado de balcão OTCQX Internacional.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que, durante o 1T19, a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Para tanto, a Cielo adota em sua política de contratação de auditores os seguintes princípios internacionalmente aceitos: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

A Cielo declara que os auditores independentes lhe prestaram serviços não relacionados à auditoria externa durante o primeiro trimestre de 2019, que consiste na asseguuração limitada sobre as informações Ambientais, Sociais e de Governança (ASG) do Relatório de Sustentabilidade da Cielo 2019, segundo as diretrizes da Global Reporting Initiative (GRI) Standards, bem como a asseguuração limitada sobre o Inventário de Gases de Efeito Estufa da Cielo, referente ao ano-base 2018 e na asseguuração razoável sobre a conformidade com as cláusulas (obrigações) do Termo de Compromisso de Cessação de Prática (“TCC”) estabelecidas entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”), na Cielo. A contratação atende ao requisito de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente avaliada pelo Comitê de Auditoria e autorizada pelo Conselho de Administração. O montante da contratação foi de R\$ 266,6 mil e representa cerca de 12,7% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras de 2019 da Controladora Cielo e de sua controlada Cateno.

Notas Explicativas

Informações consolidadas ITR

Em conformidade com a Resolução CMN (Conselho Monetário Nacional) nº 3.853/10 e Carta Circular nº 3.447/10 do Banco Central do Brasil, a Sociedade optou por elaborar suas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas trimestrais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN. Desta forma, preenchemos apenas os quadros referentes aos dados padronizados das informações individuais, uma vez que os quadros referentes aos dados padronizados das informações consolidadas são aplicáveis, somente, quando da elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas em conformidade com os Pronunciamentos emitidos pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários e convergentes com as normas internacionais emitidas pelo IASB. Apresentamos a seguir, o Balanço Patrimonial Individual e Consolidado e as respectivas Demonstrações do Resultado Individual e Consolidado, bem como suas Notas Explicativas, os Fluxos de Caixa Individual e Consolidado e o Valor Adicionado Individual e Consolidado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis a Instituições de Pagamento autorizadas a funcionar pelo BACEN:

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Balancos patrimoniais levantados em 31 de Março de 2019 e 31 de Dezembro de 2018
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Circulante					
Disponibilidades	4	25.581	36.880	490.744	433.961
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	-	-	207.365	236.173
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	6	7.801.213	7.261.906	2.977.298	2.232.912
Outros créditos	7	63.971.788	62.266.504	64.857.295	63.501.559
Rendas a receber	7	402.846	372.148	897.763	885.015
Diversos	7	63.759.399	62.074.333	64.161.241	62.805.365
Contas a receber de emissores	7	63.441.736	61.618.543	63.635.016	62.219.320
Contas a receber com partes relacionadas	7	26.768	19.457	400	-
Créditos tributários	8	96.355	323.379	189.466	90.166
Impostos e contribuições a compensar/recuperar		102.927	59.610	162.948	392.975
Outros	7	91.613	53.344	173.411	102.904
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	7	(190.457)	(179.977)	(201.709)	(188.821)
Outros valores e bens		61.010	53.576	79.845	63.433
Total do ativo circulante		71.859.592	69.618.866	68.612.547	66.468.038
Realizável a longo prazo					
Outros créditos		2.485.577	2.235.128	2.619.140	2.691.214
Diversos		2.485.577	2.235.128	2.619.140	2.691.214
Devedores por depósitos em garantia	14	1.625.437	1.624.223	1.640.222	1.637.377
Créditos tributários	8	840.521	590.668	958.251	1.033.367
Outros		19.619	20.237	20.667	20.470
Outros valores e bens		87	87	118	1.356
Total do ativo realizável a longo prazo		5.456.772	4.705.431	5.848.388	5.443.838
Permanente					
Investimentos	9	8.895.027	8.959.143	118.989	119.055
Imobilizado de uso	10	621.512	523.853	689.389	580.794
Intangível	11	407.213	420.389	11.126.156	11.247.278
Total do ativo realizável a longo prazo e permanente		12.409.416	12.138.600	14.553.792	14.639.697
Total do ativo		84.269.008	81.757.466	83.166.339	81.107.735
Passivo e patrimônio líquido					
Circulante					
Obrigações por empréstimos	12	1.921.889	1.032.941	1.937.348	1.033.618
Instrumentos financeiros derivativos	6	132.603	75.692	132.603	75.692
Outras obrigações		65.343.746	63.553.441	57.435.905	56.076.857
Sociais e estatutárias		145.813	207.103	159.579	242.626
Fiscais e previdenciárias		249.694	339.720	396.615	796.244
Diversas		64.948.239	63.006.618	58.879.711	55.037.987
Contas a pagar a clientes	13	55.075.489	52.878.277	55.591.693	53.631.587
Contas a pagar com partes relacionadas	27	9.176.939	9.425.751	-	-
Outras		695.811	702.590	1.288.018	1.406.400
Total do passivo circulante		67.398.238	64.662.074	59.505.856	57.186.167
Exigível a longo prazo					
Obrigações por empréstimos	12	5.270.626	5.265.627	6.843.624	6.829.359
Outras obrigações		2.560.014	2.465.495	4.120.027	4.061.935
Provisões para contingências	14	1.793.777	1.755.232	1.818.952	1.782.197
Impostos e contribuições diferidos		-	-	108.230	113.246
Diversas		766.237	710.263	2.192.846	2.164.492
Total do passivo exigível a longo prazo		7.830.640	7.731.122	10.963.651	10.891.294
Patrimônio líquido					
Capital social	15	5.700.000	5.700.000	5.700.000	5.700.000
Reservas de capital	15	74.333	71.255	74.333	71.255
Reservas de lucros	15	3.275.202	3.583.971	3.275.202	3.583.971
Ajustes de avaliação patrimonial	15	49.129	59.622	49.129	59.622
(-) Ações em tesouraria	15	(58.534)	(50.578)	(58.534)	(50.578)
Atribuído a:					
Participação de acionistas controladores		9.040.130	9.364.270	9.040.130	9.364.270
Acionistas não Controladores		9.040.130	9.364.270	3.656.702	3.666.004
Total do patrimônio líquido		9.040.130	9.364.270	12.696.832	13.030.274
Total do passivo e patrimônio líquido		84.269.008	81.757.466	83.166.339	81.107.735

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos resultados

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
RECEITA LÍQUIDA	17	1.432.490	1.631.110	2.773.094	2.784.684
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	18	<u>(643.922)</u>	<u>(614.665)</u>	<u>(1.660.224)</u>	<u>(1.434.328)</u>
LUCRO BRUTO		788.568	1.016.445	1.112.870	1.350.356
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Pessoal	18	(85.768)	(61.062)	(187.444)	(126.217)
Gerais e administrativas	18	(128.777)	(93.029)	(184.435)	(133.591)
Vendas e marketing	18	(28.788)	(28.055)	(33.912)	(31.548)
Equivalência patrimonial	9	54.007	181.128	1.987	7.546
Outras despesas operacionais, líquidas	19	<u>(98.853)</u>	<u>(51.887)</u>	<u>(123.308)</u>	<u>(62.579)</u>
LUCRO OPERACIONAL		500.389	963.540	585.758	1.003.967
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras	25	5.686	58.417	45.176	100.015
Despesas financeiras	25	(97.843)	(111.681)	(146.714)	(157.661)
Aquisição de recebíveis e FIDC	25	275.256	443.342	302.037	463.310
Variação cambial, líquida	25	<u>47.611</u>	<u>(23.703)</u>	<u>47.615</u>	<u>(23.681)</u>
		<u>230.710</u>	<u>366.375</u>	<u>248.114</u>	<u>381.983</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		731.099	1.329.915	833.872	1.385.950
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL					
Correntes	8	(202.535)	(328.785)	(281.918)	(327.967)
Diferidos	8	<u>19.967</u>	<u>(5.478)</u>	<u>37.306</u>	<u>(12.391)</u>
LUCRO LÍQUIDO DO PERÍODO		548.531	995.652	589.260	1.045.592
Atribuído a:					
Acionistas controladores				548.531	995.652
Outros acionistas que não a Cielo				<u>40.729</u>	<u>49.940</u>
				589.260	1.045.592
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	16	<u>0,20197</u>	<u>0,36681</u>	<u>0,20197</u>	<u>0,36681</u>
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	16	<u>0,20177</u>	<u>0,36647</u>	<u>0,20177</u>	<u>0,36647</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes*(Em milhares de reais)***Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Lucro líquido do trimestre	548.531	995.652	589.260	1.045.592
Resultados abrangentes				
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:				
Variação cambial sobre investimentos no exterior	(4.936)	(699)	(4.936)	(699)
Benefício pós-emprego	(5.557)	-	(5.557)	-
Movimentações do trimestre	(10.493)	(699)	(10.493)	(699)
Resultado abrangente total do trimestre	538.038	994.953	578.767	1.044.893
Atribuído a:				
Acionistas controladores			538.038	994.953
Outros acionistas que não a Cielo			<u>40.729</u>	<u>49.940</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018
(Em milhares de reais)

	Atribuído à participação dos acionistas controladores							Total da participação dos acionistas controladores	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
	Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos propostos	Retenção de lucros			
Saldo em 01 de janeiro de 2018	4.700.000	62.620	(53.925)	892.740	3.341.628	1.058.785	-	149.019	10.150.867	13.810.460
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(11.758)	-	-	-	-	-	(11.758)	(11.758)
Opção de ações e ações outorgadas	-	5.663	-	-	-	-	-	-	5.663	5.663
Venda / transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	-	(5.614)	12.951	-	-	-	-	-	7.337	7.337
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	-	-	-	995.653	-	995.653	1.048.594
Destinação sobre o lucro líquido do trimestre:										
Reserva legal	-	-	-	47.260	-	-	(47.260)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	(150.600)	-	(150.600)	(150.600)
Dividendos adicionais ao mínimo obrigatório propostos	-	-	-	-	(1.058.785)	-	-	-	(1.058.785)	(1.058.785)
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	797.793	-	(797.793)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(699)	(699)	(699)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(49.252)	(49.252)
Saldo em 31 de março de 2018	4.700.000	62.669	(52.732)	940.000	4.139.421	-	-	148.320	9.937.678	13.597.960
Saldo em 01 de janeiro de 2019	5.700.000	71.255	(50.578)	1.049.745	1.824.726	709.500	-	59.622	9.364.270	13.030.274
Aquisição de ações em tesouraria	-	-	(11.758)	-	-	-	-	-	(11,758)	(11,758)
Opção de ações e ações outorgadas	-	6.880	-	-	-	-	-	-	6.880	6.880
Venda / transferência de ações em tesouraria pelo exercício de ações e opções de ações	-	(3.802)	3.802	-	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do trimestre	-	-	-	-	-	-	548.531	-	548.531	589.260
Destinação sobre o lucro líquido do trimestre:										
Reserva legal	-	-	-	27.427	-	-	(27.427)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	(147.800)	-	(147,800)	(147,800)
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	-	37.574	(37,574)	-	-	-
Dividendos pagos	-	-	-	-	-	(709.500)	-	-	(709,500)	(709,500)
Reserva de Orçamento de Capital	-	-	-	-	156.331	-	(156,331)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial:										
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	-	-	-	-	-	-	-	(4.936)	(4,936)	(4,936)
Benefícios pós emprego	-	-	-	-	-	-	-	(5.557)	(5,557)	(5,557)
Participação dos acionistas não controladores	-	-	-	-	-	-	-	-	(50,031)	(50,031)
Saldo em 31 de março de 2019	5.700.000	74.333	(58.534)	1.077.172	1.981.057	216.973	-	49.129	9.040.130	12.096.832

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Cielo S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	731.099	1.329.915	833.872	1.385.950
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:				
Depreciações e amortizações	73.988	82.307	235.572	216.306
Constituição (reversão) de provisão para perdas com imobilizado	(6.575)	(4.304)	(6.575)	(4.304)
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	8.520	23.519	33.748	23.851
Opções de ações outorgadas	6.880	5.663	6.880	5.663
Perdas com créditos incobráveis e fraude	19	49.446	92.801	66.447
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	40.734	(3.321)	39.564
Variação cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior	24	29.018	13.297	39.791
Resultados não realizados com derivativos	19	(4.065)	34.987	(4.065)
Juros sobre empréstimos e financiamentos, incluindo ajuste de marcação a mercado	12	82.686	108.707	95.581
Equivalência patrimonial	9	(54.007)	(1.987)	(7.545)
Rendimento de participação no FIDC		(286.486)	(464.937)	-
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Contas a receber de emissores	(1.892.550)	5.362.346	(1.500.463)	5.099.794
Contas a receber com partes relacionadas	(7.311)	(9.263)	(400)	(10.074)
Impostos antecipados e a recuperar	(43.317)	(45.670)	230.027	210.488
Outros valores e bens (circulante e não circulante)	(7.434)	(2.791)	(15.174)	(978)
Rendas a receber	(30.698)	(9.129)	(12.748)	14.683
Créditos tributários	(22.828)	5.478	(22.818)	15.331
Devedores por depósitos em garantia	14.b)	(1.214)	(2.845)	(4.162)
Diversos - Outros		(101.722)	(107.041)	(6.277)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:				
Contas a pagar a estabelecimentos	2.197.212	(5.018.130)	1.960.106	(4.712.893)
Contas a pagar com partes relacionadas	(248.812)	(80.509)	1.339	-
Sociais e estatutárias	104.210	137.964	82.453	121.449
Fiscais e previdenciárias	(288.118)	(259.364)	(519.932)	(512.595)
Outras obrigações - Diversas	86.845	(62.890)	(102.667)	(43.954)
Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	14.a)	(2.189)	(4.387)	(4.434)
Caixa proveniente das operações				
	438.849	1.054.649	1.352.830	2.026.926
Juros pagos	12	(132.119)	(132.119)	(157.485)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(206.978)	(292.294)	(301.991)
Caixa líquido gerado (aplicado) pelas atividades operacionais				
	99.752	622.824	928.417	1.567.450
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aumento/Integralização de capital	-	(55.000)	-	(55.106)
Aquisição de cotas de FIDC	(1.056.689)	-	-	-
Resgate de cotas de FIDC	1.488.185	442.664	-	-
Dividendos recebidos de subsidiárias	9	135.824	123.536	-
Adições ao imobilizado e intangível	10 e 11	(160.495)	(48.259)	(56.959)
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de investimento				
	406.825	462.941	(256.338)	(112.065)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Aquisição de ações em tesouraria	(11.758)	(11.758)	(11.758)	(11.758)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	-	7.337	-	7.337
Captação de empréstimos	12	920.000	920.000	-
Pagamento de principal de empréstimos, líquido de derivativos	12	(5.639)	(5.639)	(167.003)
Dividendos e juros sobre o capital próprio		(875.000)	(924.421)	(1.426.406)
Caixa líquido proveniente das (aplicado nas) atividades de financiamento				
	27.603	(1.548.409)	(21.818)	(1.597.830)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior	-	-	(14.568)	(40.009)
Aumento (Redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
	534.180	(462.644)	635.693	(182.454)
Caixa e equivalentes de caixa				
Saldo final	4	661.844	3.538.739	3.766.532
Saldo inicial	4	127.664	2.903.046	3.948.986
Redução do saldo de caixa e equivalentes de caixa				
	534.180	(462.644)	635.693	(182.454)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas**Cielo S.A.****Demonstrações do Valor Adicionado**

Trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018

(Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado		
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018	
Receitas					
Vendas de serviços	17	1.597.286	1.852.416	3.061.312	3.125.014
Perda com créditos incobráveis e fraude	19	(74.983)	(58.586)	(92.801)	(66.447)
		1.522.303	1.793.830	2.968.511	3.058.567
Insumos adquiridos de terceiros					
Gastos com serviços prestados		(532.943)	(463.617)	(1.436.300)	(1.181.238)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(145.949)	(110.603)	(137.442)	(101.095)
Outros gastos, líquidos		(15.971)	(2.062)	(22.609)	(5.199)
(Perda) recuperação na realização de ativos		(7.898)	(3.766)	(7.898)	(3.766)
		(702.761)	(580.048)	(1.604.249)	(1.291.298)
Valor adicionado bruto		819.542	1.213.782	1.364.262	1.767.269
Retenções					
Depreciações e amortizações		(73.988)	(104.087)	(235.572)	(238.784)
Valor adicionado líquido produzido		745.554	1.109.695	1.128.690	1.528.485
Valor adicionado recebido em transferência					
Equivalência patrimonial	9	54.007	181.128	1.987	7.546
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e aquisição de recebíveis	25	328.553	517.085	394.829	581.600
		382.560	698.213	396.816	589.146
Valor adicionado total a distribuir		1.128.114	1.807.908	1.525.506	2.117.631
Distribuição do valor adicionado					
Pessoal e encargos		(98.473)	(77.182)	(201.771)	(144.561)
Participação de colaboradores e administradores no lucro	22	(18.835)	(13.348)	(26.966)	(18.932)
Impostos, taxas e contribuições		(362.597)	(596.295)	(556.138)	(731.296)
Despesas de juros e alugueis incorridos		(99.678)	(125.430)	(136.162)	(177.248)
Dividendos e JCP pagos		(37.574)	-	(37.574)	-
Dividendos e JCP propostos		(327.199)	(150.600)	(327.199)	(150.600)
Retenção de lucros		(183.758)	(845.053)	(189.665)	(845.053)
Participação de outros acionistas que não a Cielo		-	-	(50.031)	(49.941)
Valor adicionado distribuído		(1.128.114)	(1.807.908)	(1.525.506)	(2.117.631)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1 Contexto operacional

A Cielo S.A. (“Sociedade” ou “Cielo”) foi constituída no Brasil em 23 de novembro de 1995 e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados aos cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, incluindo serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; a coleta de dados e o processamento de transações eletrônicas e manuais.

A Cielo é uma sociedade por ações com sede na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. Suas ações foram admitidas à negociação na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sob a sigla “CIEL3”, e junto com suas subsidiárias integram os grupos do Banco do Brasil e Bradesco.

As controladas diretas e indiretas da Sociedade e controladas em conjunto, que junto à Cielo também são designadas como “Grupo” ao longo deste relatório, prestam serviços relacionados a meios de pagamentos ou complementares aos serviços de aquisição, tais como prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões, serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais para aceitação de cartões de crédito e de débito, transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet, processamento de informações e serviços de suporte para as empresas da área médica.

Eventos significativos do trimestre

No trimestre findo em 31 de março de 2019 ocorreram, principalmente, os seguintes eventos que alteraram as demonstrações financeiras da Sociedade:

- Em 07 de janeiro de 2019 houve a contratação de uma operação de derivativo na modalidade de “NDF – Non-Deliverable Forward”, em caráter de proteção à variação cambial sobre os Bonds, no valor de USD 475 milhões, com vencimento em 01 de julho de 2019;
- Em 22 de fevereiro foi realizada a aprovação do pagamento de dividendos no montante de R\$ 709.500, relativos ao 4º trimestre de 2018, que foram pagos em 11 de março de 2019;
- Em 11 de março de 2019 foram pagos os juros sobre o capital próprio no montante de R\$ 165.500, referentes ao 4º trimestre de 2018;
- Em março de 2019 houve captação de R\$ 920 milhões por meio de uma CCB (cédula de crédito bancário) com vencimento em abril de 2019;
- Em 20 de março de 2019 foram aprovados os juros sobre o capital próprio, referentes ao 1º trimestre de 2019, que foram constituídos no montante de R\$ 147.800, cujo pagamento será realizado em 27 de junho de 2019 conforme aprovado nas reuniões do Conselho de Administração;
- Em 18 de abril de 2019 foram aprovados os dividendos, referentes ao 1º trimestre de 2019, que foram constituídos no montante de R\$ 216.973.

Novos eventos societários

Em 18 de janeiro de 2018, a Cielo S.A., por meio da sua controlada Aliança, assinou o contrato de compra e venda com a Companhia Brasileira de Solução e Serviços (“CBSS”) para aquisição de 70% de participação no capital social da Stelo S.A., passando a deter 100% do capital social da mesma empresa. O valor de compra estabelecido foi de R\$ 87.492 apurado com base no

Notas Explicativas

balanço patrimonial de 31 de dezembro de 2017.

Conforme definido no contrato, o valor de compra foi atualizado pela variação da taxa CDI acumulada entre a data de assinatura e a efetiva data de conclusão da operação, sendo liquidado pelo montante de R\$ 91.163.

Dentro de 60 dias o valor de referência da compra, apurado com base no balanço patrimonial levantado em 14 de setembro de 2018 (data de aprovação por parte dos órgãos reguladores), o montante da operação foi de R\$ 67.320 resultando em uma compra vantajosa no montante de R\$ 18.200 reconhecida na rubrica “Outras” no grupo de contas “Outras despesas/receitas operacionais” na Demonstração do Resultado Consolidada.

2 Resumo das principais práticas contábeis

2.1 Declaração de conformidade e aprovação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras da Sociedade foram elaboradas de acordo com as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76 (Lei das Sociedades por Ações), incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, com observância das normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN e da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), quando aplicável (denominadas em conjunto como “COSIF”).

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 23 de abril de 2019.

2.2 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A preparação das demonstrações financeiras requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no período demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos de captura de transação e de saldos a receber de emissores, por exemplo), imposto de renda e contribuição social diferidos (créditos tributários), redução ao valor recuperável do ágio, provisão para riscos e determinação do valor justo de instrumentos financeiros. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade revisa as estimativas e premissas, no mínimo, anualmente.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Sociedade.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o fator preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente

Notas Explicativas

denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita decorrente de serviços de gestão de operações de cartões de crédito e débito e de contas de pagamentos, bem como outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais, é apropriada no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para a Sociedade e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com aquisição de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida “*pro rata temporis*”, considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Para fins da demonstração dos fluxos de caixa, incluem caixa e equivalentes de caixa que, são representados por disponibilidades em moeda nacional e em moeda estrangeira, aplicações em operações compromissadas, aplicações em depósitos interfinanceiros e aplicações em moeda estrangeira, cujo vencimento das operações, na data da efetiva aplicação, seja igual ou inferior a 90 dias e apresente risco insignificante de mudança de valor justo.

2.6 Aplicações interfinanceiras de liquidez

As aplicações são registradas ao custo de aquisição, acrescidas dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidas de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7 Títulos e valores mobiliários - TVM

Os títulos e valores mobiliários adquiridos para formação de carteira própria são registrados pelo valor efetivamente pago, inclusive corretagens e emolumentos, e se classificam em função da

Notas Explicativas

intenção da Administração da Sociedade em três categorias distintas, conforme Circular Bacen nº 3.068/01:

Títulos para negociação

São aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos e ajustados pelo valor de mercado no balanço patrimonial, no ativo circulante, independente de seus vencimentos, conforme determina o parágrafo único do artigo 7º da Circular nº 3.068/01, do BACEN, os títulos e valores mobiliários classificados como títulos para negociação são apresentados no balanço patrimonial, no ativo circulante, independentemente de suas datas de vencimento em contrapartida ao resultado do período;

Títulos disponíveis para venda

São aqueles que não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos, em contrapartida ao resultado do período e ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários, os quais só serão reconhecidos no resultado quando da efetiva realização; e

Títulos mantidos até o vencimento

São aqueles adquiridos com a intenção e para os quais haja capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São registrados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período, não sendo avaliados a valor de mercado.

Os títulos e valores mobiliários classificados nas categorias de negociação e disponível para venda, bem como os instrumentos financeiros derivativos, são demonstrados no balanço patrimonial pelo seu valor justo estimado. O valor justo, geralmente, baseia-se em cotações de preços de mercado ou cotações de preços de mercado para ativos ou passivos com características semelhantes. Se esses preços de mercado não estiverem disponíveis, os valores justos são baseados em cotações de operadores de mercado, modelos de precificação, fluxo de caixa descontado ou técnicas similares, para as quais a determinação do valor justo possa exigir julgamento ou estimativa significativa por parte da Administração.

Os títulos e valores mobiliários são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor contábil. A evidência objetiva de que os títulos e valores mobiliários perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte da contraparte, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo. Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um título ou valor mobiliário é reconhecida no resultado do período se o valor contábil exceder o seu valor recuperável.

2.8 Instrumentos financeiros derivativos e operações de “hedge”

A Sociedade contrata instrumentos financeiros derivativos principalmente para gerenciar a sua exposição a flutuações em taxas de juros e taxas de câmbio. A Sociedade mede seus instrumentos financeiros derivativos baseados em cotações obtidas de participantes do mercado, que são o valor justo dos instrumentos financeiros na data das demonstrações financeiras.

Mudanças no valor justo de um derivativo que é altamente efetivo e que é designado e qualificado

Notas Explicativas

como um “*hedge*” de fluxo de caixa ou um “*hedge*” de variação cambial de investimentos no exterior são registradas em ajustes de avaliação patrimonial, e quando qualificados como um “*hedge*” de risco de mercado, o objeto e o instrumento de “*hedge*” são registrados no resultado pelos valores justos.

A Sociedade avalia, tanto no início da cobertura do “*hedge*” quanto em uma base contínua, se os derivativos usados em operações de “*hedge*” são altamente eficazes na compensação das alterações no valor justo ou fluxos de caixa de elementos cobertos. Quando um instrumento de “*hedge*” é vendido, terminado, vencido ou exercido, o ganho ou perda cumulativo não realizado, que tinha sido reconhecido em ajustes de avaliação patrimonial, é imediatamente reportada na demonstração do resultado. Adicionalmente, mudanças no valor justo de instrumentos financeiros não caracterizados como “*hedge*” ou caracterizados com “*hedge*” de risco de mercado são reconhecidas na linha de resultado financeiro, líquido, na demonstração do resultado.

2.9 Contas a receber operacionais e contas a pagar a clientes

a) Contas a receber operacionais

Contas a receber de emissores

Referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio, com prazos de recebimento inferiores a um ano.

Aquisição de recebíveis

Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de aquisição de recebíveis, registrado pelo valor adquirido, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de desconto contratadas nessas operações.

Valores a receber de transações financeiras processadas

Representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

Valores a receber de clientes

Representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

b) Contas a pagar a clientes

Contas a pagar a clientes

Obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade.

Valores a liquidar para clientes referentes a transações processadas pela Me-S

São representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

Cauções de clientes

A Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um

Notas Explicativas

cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

2.10 Investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais, os investimentos em empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial, com base no valor do patrimônio líquido da controlada ou coligada.

Nas demonstrações contábeis consolidadas, as empresas controladas são consolidadas integralmente e as empresas coligadas e controladas em conjunto são apresentadas pelo método da equivalência patrimonial.

As demonstrações contábeis das subsidiárias no exterior são adaptadas aos critérios contábeis da controladora e convertidas para a moeda real pela taxa do final do período.

2.11 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

2.12 Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Sociedade ou exercidos com essa finalidade. É composto por:

Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados por seu custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.13 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

Anualmente, e se houver evidência, a Sociedade revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

Notas Explicativas

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda e o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.14 **Ágio**

O ágio corresponde ao valor pago excedente ao valor contábil dos investimentos adquiridos a valor justo, decorrente da expectativa de rentabilidade futura e sustentado por estudos econômico-financeiros que fundamentaram o preço de compra dos negócios.

O ágio fundamentado na previsão de resultados futuros é amortizado conforme os prazos de projeções que o justificaram, devendo ainda ser submetido anualmente ao teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade geradora de caixa poderá apresentar redução no valor recuperável.

O ágio decorrente de investimentos em controladas, coligada e empreendimentos controlados em conjunto é incluído no valor contábil do investimento nas demonstrações contábeis individuais. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio gerado pela aquisição de controladas é reconhecido no ativo intangível.

2.15 **Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos**

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas e leis vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em “Ajustes de Avaliação Patrimonial” no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

Notas Explicativas

2.16 Benefícios a empregados

Previdência Complementar

Refere-se a valores que a Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos aos planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

Benefício pós-emprego

Representa valores que a Sociedade possui como passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de despesas com assistência médica.

2.17 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Resolução CMN n.º 3.823/09.

2.18 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica “Dividendos a pagar”, por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade. Entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem às informações contábeis, mas antes da data de autorização para emissão das referidas informações financeiras, é registrada na rubrica “Dividendos adicionais propostos”, no patrimônio líquido. Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio compõem o dividendo mínimo obrigatório.

2.19 Plano de opções de ações e de ações restritas

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, plano de opção de compra de ações e plano de ações restritas. As opções ou ações são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção ou da ação em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções e ações cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

3 Informações consolidadas

As informações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Sociedade e de suas controladas. Quando necessário, as informações contábeis das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo.

Notas Explicativas

Para as controladas e fundos de investimentos (FIDCs e FIC) foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação de outros acionistas que não a Cielo.

Nas informações contábeis individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas, controladas em conjunto são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Em relação ao FIDC, a Sociedade consolida as informações contábeis do FIDC por entender que este foi constituído com o objetivo principal de concentrar a operação de aquisição dos recebíveis oriundos das transações de pagamento operacionalizadas pelo sistema de adquirência da Cielo, sendo que parte relevante dos riscos e benefícios relacionados à rentabilidade do FIDC está vinculada às quotas mantidas pela Sociedade. No processo de consolidação do FIDC foram feitas as eliminações de ativos e passivos, ganhos e perdas das operações entre a Sociedade e o FIDC.

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados, além das disposições do Plano Contábil de Instituições Financeiras (COSIF), os procedimentos de consolidação estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas.

Em 31 de março de 2019, o Grupo está composto pelas seguintes empresas:

Empresas	Participação no capital social (%)		Atividades principais
	31/03/2019	31/12/2018	
Participação direta em controladas e FIDC:			
Servinet Serviços Ltda. (“Servinet”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de manutenção e contato com estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito.
Cateno Gestão de Contas de Pagamentos S.A. (“Cateno”)	70,00	70,00	Prestação de serviços de processamento de meios de pagamentos envolvendo cartões de crédito, débito, múltiplos, de bandeira privada e pré-pagos (não incluindo a administração de cartões de crédito).
Cielo USA, Inc. (“Cielo USA”)	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista.
Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. (“Multidisplay”)	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular.
Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. (“Braspag”)	99,99	99,99	Desenvolvimento e licenciamento de programas de computador, processamento de transações eletrônicas, e serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
Aliança Pagamentos e Participações Ltda. (“Aliança”)	99,99	99,99	Prestação de serviços de desenvolvimento e manutenção de contatos com estabelecimentos comerciais e participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
Cielo Cayman Island (“Cielo Cayman”)	100,00	100,00	Participação em outras sociedades como sócia, cotista ou acionista. A Cielo Cayman não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira no trimestre findo em 31 de março de 2019. A empresa se encontra em processo de encerramento
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”)	100,00	100,00	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de adquirência da Cielo e demais ativos financeiros.

Notas Explicativas

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo ("FIDC Plus")	77,84	78,19	Aquisição de direitos creditórios elegíveis provenientes de transações de pagamento operacionalizadas no sistema de aquisição da Cielo e demais ativos financeiros.
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimentos ("FIC")	100,00	100,00	Fundo destinado à aplicação em ativos financeiros com prazo indeterminado de duração.
Participação indireta em controladas:			
M4Produtos e Serviços S.A. ("M4Produtos")	91,44	91,44	Prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, transporte pré-pago, e serviços de pagamento móvel.
Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")	100,00	100,00	Prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito.
Stelo S.A. ("Stelo")	100,00	30,00	A Stelo é uma empresa de soluções de pagamentos. Com o objetivo de oferecer segurança, simplicidade e facilidade para os pequenos varejistas, profissionais autônomos e pessoas físicas que desejam processar pagamentos no local da venda.
Participação direta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
Companhia Brasileira de Gestão de Serviços. ("Orizon")	40,95	40,95	Processamento de informações para as empresas de saúde, gestão de serviços de suporte ("back office") para operadoras de saúde, prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")	50,00	50,00	Prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas.
Participação indireta em empresas com controle compartilhado classificadas como controladas em conjunto:			
PrevSaúde Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("PrevSaúde")	40,95	40,95	Prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, clientes públicos e grandes laboratórios.
Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")	40,95	40,95	Importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.

4 Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de caixa e equivalentes de caixa da Sociedade é composto pelos saldos de disponibilidades apresentados abaixo e por aplicações interfinanceiras de liquidez, aplicações em cotas de fundos e certificados de depósitos bancários apresentados nas notas 5 e 6.

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	25.075	25.574	42.038	30.914
Moeda estrangeira	506	11.306	448.706	403.047
Total	25.581	36.880	490.744	433.961

Notas Explicativas

5 Aplicações interfinanceiras de liquidez

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 a Sociedade não possuía saldos de aplicações interfinanceiras de liquidez.

	Taxa média ponderada do DI a.a.	Consolidado					Total em 31/12/2018
		0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Total em 31/03/2019	
Aplicações no mercado aberto							
Debêntures compromissadas	60,00%	841	-	-	-	841	63.545
Aplicações em moeda estrangeira	-	206.524	-	-	-	206.524	172.628
Total		207.365	-	-	-	207.365	236.173

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

6 Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (ativos e passivos)

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, o saldo de títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é composto pelos saldos apresentados abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ativo:				
Títulos e valores mobiliários	7.664.545	7.261.906	2.840.630	2.232.912
Instrumentos financeiros derivativos	136.668	-	136.668	-
Total	7.801.213	7.261.906	2.977.298	2.232.912
Passivo:				
Instrumentos financeiros derivativos	132.603	75.692	132.603	75.692
Total	132.603	75.692	132.603	75.692

a. Saldo patrimonial e classificação da carteira por categoria e prazos

		Controladora							
		31/03/2019				31/12/2018			
		Faixa de vencimento			Acima de 365	Total		Total	
		0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de mercado (*)	Valor de custo (*)	Valor de mercado	Valor de custo
Disponível para venda									
Títulos privados									
Cotas de fundo de investimento - FIDC	(**)	-	-	-	7.028.305	7.028.305	7.028.305	7.171.122	7.171.122
Mantidos para negociação									
Títulos privados									
Cotas de fundo de investimento	101,26%	-	-	-	623.942	623.942	623.942	82.300	82.300
Certificados de depósitos bancários - CDB	81,26%	166	-	8.425	2.686	11.300	11.300	8.484	8.484
Outros		-	-	1.021	-	1.021	1.021	-	-
Total		166	-	9.445	7.654.933	7.664.568	7.664.568	7.261.906	7.261.906

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

(**) Os fundos possuem diferentes categorias de cotas, bem como a cota sênior que tem uma rentabilidade de 102,95% do CDI e para a cota mezanino com 110% do DI – Depósito Interbancário. Já a cota subordinada júnior apresenta a rentabilidade líquida do fundo.

Notas Explicativas

	Taxa média ponderada do DI a.a.	Consolidado							
		31/03/2019				31/12/2018			
		Faixa de vencimento				Total		Total	
		0 - 30	31 - 180	181 - 365	Acima de 365	Valor de mercado (*)	Valor de custo (*)	Valor de mercado	Valor de custo
Mantidos para negociação									
Títulos privados									
Certificados de depósitos bancários - CDB	99,87%	166	278.903	8.424	35.615	323.108	323.108	269.120	269.120
Cotas de fundo de investimento	103,82%	-	-	-	2.429.901	2.429.901	2.429.901	1.882.672	1.882.672
Outros		10.121	-	1.021	76.479	87.621	87.621	81.120	81.120
Total		10.287	278.903	9.445	2.541.991	2.840.630	2.840.630	2.232.912	2.232.912

(*) O valor de mercado dos títulos e valores mobiliários é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de precificação, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

O resultado obtido com as aplicações descritas acima está demonstrado na nota explicativa 25 – Resultado financeiro.

b. Fundo de investimento em direitos creditórios

O Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Cielo (“FIDC”) iniciou suas atividades em 05 de agosto de 2016 sob a forma de condomínio aberto, exclusivo e com prazo indeterminado e o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo (“FIDC Plus”) iniciou suas atividades em 28 de julho de 2017 sob a forma de condomínio fechado, restrito a investidores profissionais e com prazo indeterminado. Ambos são regidos pela Resolução CMN nº 2.907/01, pelas Instruções CVM nº 356/01 e CVM nº 444/06, pelos termos do Regulamento e pelas demais disposições legais e regulamentares aplicáveis. A partir de 31 de julho de 2017, o FIDC não realizou novas aquisições de recebíveis.

Os rendimentos das cotas sênior e mezanino do FIDC Plus são amortizados mensalmente, sendo possível amortização extraordinária para cotas mezaninos e subordinadas desde que mantido o índice de subordinação mínimo de 20%. A agência Fitch Ratings atribuiu às cotas sênior o rating de risco “AAA”.

Os fundos têm por objetivo proporcionar aos cotistas a valorização das cotas por meio de investimento de seus recursos preponderantemente em direitos creditórios provenientes de transações de pagamento realizadas por usuários finais, com a utilização de instrumentos de pagamento para aquisição de bens, produtos e serviços nos estabelecimentos comerciais, operacionalizados no sistema de adquirência Cielo, observadas as demais regras e normas aplicáveis à matéria.

Os direitos creditórios são avaliados pelo valor de aquisição e remunerados com base na taxa interna de retorno (TIR) dos contratos, pelo critério “*pro rata temporis*”. A taxa interna é calculada com base no valor de aquisição, valor de vencimento e prazo de recebimentos dos direitos creditórios.

A estrutura de patrimônio do FIDC e FIDC Plus em 31 de março de 2019 está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Quantidade de cotas	Valor total das cotas	Participação Cielo	Participação de Terceiros
FIDC	832	1.168	1.168	-
FIDC Plus:				
Sênior	4.000.000	4.001.014	2.000.507	2.000.507
Mezanino	500.000	500.135	500.135	-
Subordinada	4.687.897	4.526.493	4.526.495	-
Total – FIDC Plus	9.187.897	9.027.642	7.027.135	2.000.507
Total			7.028.305	2.000.507

Os balanços patrimoniais em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão assim demonstrados:

	31/03/2019			31/12/2018		
	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido	Ativo	Passivo	Patrimônio Líquido
FIDC	1.313	144	1.168	1.385	215	1.171
FIDC Plus	9.030.124	2.481	9.027.644	9.199.494	29.035	9.170.458
Total	9.031.437	2.625	9.028.812	9.200.879	29.250	9.171.629

As demonstrações de resultado dos fundos nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018 são apresentadas a seguir:

	31/03/2019			
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do período
FIDC	-	18	(21)	(2)
FIDC Plus	315.461	3.979	(242)	319.681

	31/03/2018			
	Receita aquisição de recebíveis	Rendimento das cotas	Lucro antes do resultado financeiro	Lucro do período
FIDC	18.605	2.652	594	20.663
FIDC Plus	466.300	10.874	331	476.844

c. Operações de Hedge

“Hedge” de risco de mercado

A Sociedade, na ocasião da contratação de Instrumento Financeiro Derivativo na modalidade de “swap”, designou-o como instrumento de “hedge” para a operação de empréstimo em dólares americanos no valor de US\$ 297.327 equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado em 22 de junho de 2017. Em 01 de setembro de 2017 foi contraída uma nova dívida no valor de US\$ 316.255 equivalente a R\$ 1.000.000, vencido e liquidado em 30 de agosto de 2018. Em 30 de agosto de 2018 foi contraída uma nova dívida no valor de US\$ 239.166 equivalente a R\$

Notas Explicativas

1.000.000, com vencimento em 31 de agosto de 2019, para a qual foi contratada uma nova operação de “swap” para proteção de risco de variação da moeda estrangeira e da exposição à taxa de juros.

Os termos contratuais do contrato de empréstimo (conforme nota explicativa 12) e do “swap” foram celebrados de tal forma que a comparação entre ponta ativa (contas a receber da Sociedade) do “swap” e o saldo de empréstimo (contas a pagar da Sociedade), ambos ajustados pelo valor justo, não apresente perdas ou ganhos decorrentes da variação cambial e taxa de juros contratada no objeto de “hedge”.

Assim, em 31 de março de 2019 a Sociedade permanece exposta somente à ponta passiva do “swap”, que possui valor nocional em reais no montante de R\$ 1.000.000 remunerados à 99,85% da taxa média diária de juros do DI.

Para documentar a estratégia de designação adotada e a efetividade do instrumentos derivativos, a Sociedade utilizou o método de derivativo hipotético que é baseado em uma comparação da mudança no valor justo de um derivativo hipotético com prazos idênticos aos prazos críticos da obrigação de taxa variável, sendo que essa mudança no valor justo do derivativo hipotético é considerada uma representação do valor presente da mudança cumulativa no fluxo de caixa futuro esperado da obrigação protegida. Dessa forma, os ganhos e perdas do instrumento e do objeto de “hedge” são reconhecidos pelo valor justo no resultado no período em que ocorrem.

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão.

Em 31 de março de 2019 a posição do contrato de “swap” refletia um valor justo a pagar de R\$ 65.991 (R\$ 75.692 a pagar em 31 de dezembro de 2018), conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2019					31/12/2018	
	Valorização					Valor justo (mercado)	Valor justo (mercado)
	Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	Valor a receber/ (pagar)
Swap taxa flutuante em US\$: 2,9660% a.a. - De 31/08/18 à 27/02/19 3,0660% a.a. - De 28/02/19 à 30/08/19 vs. taxa flutuante em R\$ (99,85% do DI)	30/08/2019	1.000.000	-	(69.380)	3.390	(65.991)	(75.692)

Em 31 de março de 2019, a relação de “hedge” estabelecida pela Sociedade foi eficaz, de acordo com testes prospectivos realizados. Portanto, nenhuma reversão por inefetividade do “hedge” foi registrada.

“Non Deliverable Forward - NDF”

A Sociedade, em 07 de janeiro de 2019, realizou a contratação de instrumento financeiro (termo de moedas) para a proteção quanto a oscilação de moeda estrangeira na operação de empréstimo (“Bonds”) em dólares americanos no valor de USD 475.000, equivalente a R\$ 1.831.449 na data-base de 31 de março de 2019.

Os termos contratuais da NDF apresentam como data de liquidação 01 de julho de 2019 e taxa de câmbio futura de USD 3.7850. Esta operação tem como objetivo a proteção de

Notas Explicativas

risco de variação da moeda estrangeira (dólar).

O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Sociedade consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determinar o valor presente com base em curvas de mercado.

Em 31 de março de 2019 a posição do contrato de “NDF” refletia um valor justo a receber de R\$ 70.056, conforme demonstrado abaixo:

	31/03/2019					31/12/2018	
	Valorização					Valor justo (mercado)	Valor justo (mercado)
	Vencimento da operação	Nocional R\$	Ponta Ativa	Ponta Passiva	Ajuste MTM	Valor a receber/ (pagar)	Valor a receber/ (pagar)
US\$ 3,7850 taxa futura	01/07/2019	1.831.449	116.280	(62.233)	16.998	70.056	-

7 Outros Créditos – Contas a receber

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Rendas a receber	402.846	372.148	897.763	885.015
Rendas a receber de transações de pagamentos	402.846	372.148	897.763	885.015
Diversos	66.244.976	64.309.461	66.780.381	65.496.579
Contas a receber de emissores	63.441.736	61.618.543	63.635.016	62.219.320
Contas a receber de emissores (a)	63.342.828	61.548.307	63.360.651	61.548.219
Contestações de portadores de cartão de crédito – “chargeback” (b)	65.178	36.843	65.178	36.843
Aquisição de recebíveis (c)	48	426	136	599
Valores a receber de transações financeiras processadas (d)	-	-	28.719	436.847
Valores a receber de intercâmbio de clientes (e)	-	-	146.650	163.845
Outros	33.682	32.967	33.682	32.967
Contas a receber - Partes Relacionadas	26.768	19.457	400	-
Devedores por depósitos em garantia (Nota 14b)	1.625.437	1.624.223	1.640.222	1.637.377
Créditos tributários (Nota 8a)	936.876	914.047	1.147.717	1.123.533
Impostos e contribuições a compensar/recuperar	102.927	59.610	162.948	392.975
Outros	111.232	73.581	194.078	123.374
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa (f)	(190.457)	(179.977)	(201.709)	(188.821)
Total	66.457.365	64.501.632	67.476.435	66.192.773
Circulante	63.971.788	62.266.504	64.857.295	63.501.559
Realizável a longo prazo	2.485.577	2.235.128	2.619.140	2.691.214
Total	66.457.365	64.501.632	67.476.435	66.192.773

- (a) Correspondem aos valores a receber de bancos emissores decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito feitas pelos portadores de cartões, já líquidos das antecipações com bancos emissores.
- (b) Correspondem substancialmente a saldos a receber de transações contestadas pelos portadores de cartão de crédito e que se encontram em avaliação pelo Grupo nas respectivas datas de balanço. (“chargeback”).
- (c) O saldo corresponde às aquisições de recebíveis de estabelecimentos comerciais realizadas pela Sociedade referentes às transações com cartões de crédito, que serão recebidos dos bancos emissores de cartões em até 360 dias da data da aquisição, líquido da receita com aquisição de recebíveis a ser apropriada na fluência dos prazos das operações (uma vez que está relacionada à aquisição de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorre após as datas dos balanços).

Notas Explicativas

- (d) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.
- (e) São representados pelos valores a receber referentes às taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.
- (f) Refere-se à provisão para créditos de liquidação duvidosa decorrentes das operações realizadas pela Sociedade com estabelecimentos comerciais, constituída a partir da expectativa de perdas esperadas e das operações já em atraso.

8 Imposto de renda, contribuição social e outros tributos

a. Imposto de renda e contribuição social - Correntes

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/19	1º trimestre/18	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	731.099	1.329.915	833.872	1.385.950
Alíquotas vigentes % -	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(248.574)	(452.171)	(283.516)	(471.223)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	50.252	51.204	50.252	51.204
Benefício fiscal de P&D (“Lei do bem”)	1.268	6.296	1.268	6.296
Equivalência patrimonial	18.362	61.584	676	2.566
Ágio na aquisição de Investimento	(2.209)	(1.458)	(2.209)	(2.209)
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	(1.668)	282	(11.082)	(2.105)
Imposto de renda e contribuição social	<u>(182.568)</u>	<u>(334.263)</u>	<u>(244.612)</u>	<u>(340.358)</u>
Correntes	(202.535)	(328.785)	(281.918)	(327.967)
Diferidos	19.967	(5.478)	37.306	(12.391)

Os incentivos para Atividades Culturais e Artísticas (“Lei Rouanet”), Desportivas e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente e Fundo do Idoso e Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS/PCD) são registradas na rubrica “Despesa de imposto de renda - corrente”. Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, totalizaram R\$ 3.564 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (R\$ 10.304 no trimestre findo em 31 de março de 2018).

b. Imposto de renda e contribuição social - Diferidos

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo circulante e não circulante e passivo não circulante, de acordo com a expectativa de realização do crédito.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

Notas Explicativas**Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo**

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	597.746	590.668	604.151	597.234
Provisão para despesas diversas	263.615	249.925	374.941	454.702
Prejuízo Fiscal e Base Negativa (Stelo)	-	-	93.110	-
Provisão para perdas com equipamentos de captura de transações, com créditos incobráveis e fraude	75.515	73.454	75.515	71.597
Total	936.876	914.047	1.147.717	1.123.533

Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no país e exterior.

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	14.874	101.391
Outras diferenças temporárias	87.168	7.667
Passivo Diferido sobre Deságio (a)	6.188	6.188
Total	108.230	115.246

(a) A aquisição da Stelo em Set/18 gerou um deságio, que conforme Lei 12.973/14, deve ser diferido para fins fiscais.

Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas (principais fornecedores da companhia), provisão para perdas com equipamentos de captura de transações e provisão com créditos incobráveis e fraude, no montante de R\$ 96.355 (R\$ 189.466 no consolidado) serão realizados, principalmente, nos próximos 12 meses. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos e sobre provisão para despesas diversas, no montante de R\$ 840.521 (R\$ 958.251 no consolidado) serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, estimado parcialmente em até 5 anos, exceto em relação a 28,07% (27,52% do consolidado) das provisões para riscos trabalhistas, cuja estimativa de realização é em até 10 anos, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 14.

	Controladora				Consolidado			
	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor Presente	Imposto de renda	Contribuição Social	Total	Valor Presente
2019	70.850	25.506	96.355	94.438	139.313	50.153	189.466	185.696
Após 2023	618.030	222.491	840.521	823.798	704.597	253.654	958.251	939.186
Total	688.880	247.997	936.876	918.236	843.910	303.807	1.147.717	1.124.882

c. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	202.052	275.322	275.560	660.024
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	14.552	21.642	30.358	38.418
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	13.597	-	18.430	6.022
Imposto Sobre Serviços - ISS	4.516	26.184	43.418	66.176
Programa de Integração Social - PIS	3.025	4.714	5.521	7.406
Outros tributos a recolher	11.952	11.858	23.328	18.120
Total	249.694	339.720	396.615	796.166

A partir de 2018, após alterações da Lei Complementar nº 157/16, o Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza ("ISS") passou a ser devido no município onde os estabelecimentos comerciais, tomadores dos serviços relativos a meios de pagamento, estão domiciliados. Em março de 2018, a eficácia do 1º artigo da Lei Complementar nº 157/16 foi suspensa em

Notas Explicativas

decorrência de liminar deferida pelo Exmo. Ministro do STF (“Supremo Tribunal Federal”) Alexandre de Moraes. A Sociedade tem atuado nas discussões em conjunto com as associações de indústria, os demais contribuintes abrangidos e representantes dos municípios brasileiros, com o objetivo de prover meios para viabilizar a aplicação adequada da nova legislação.

Adicionalmente, com a suspensão da Lei Complementar nº 157/16 e o restabelecimento da legislação anterior, a Sociedade, com base na opinião de seus assessores jurídicos, voltou a recolher o ISS no município em que está domiciliada, bem como reverteu a estimativa de ISS provisionada nos termos da Lei Complementar 157/16, desde a suspensão desta.

9 Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Em controladas	8.765.209	8.822.765	-	-
Em controladas em conjunto e coligadas	118.989	119.055	118.989	119.055
Ágio na aquisição de investimentos	10.829	17.323	-	-
Total	8.895.027	8.959.143	118.989	119.055

Os ágios decorrentes de investimentos em controladas e empreendimentos controlados em conjunto estão incluídos no valor contábil do investimento nas demonstrações financeiras individuais. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ágios gerados pela aquisição de controladas são reconhecidos no ativo intangível (vide nota explicativa 11).

Na consolidação das demonstrações financeiras, para as controladas diretas Multidisplay, Braspag e Cielo USA, bem como para as controladas indiretas M4Produtos, Me-S e Stelo, foram utilizadas as informações contábeis de 28 de fevereiro de 2019 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de março de 2018. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de três meses findo em 28 de fevereiro de 2019.

O detalhamento da natureza dos ágios gerados na aquisição de investimentos registrados na rubrica de investimentos está na nota explicativa 11 (a) - Ágio na aquisição de investimentos.

As principais informações sobre as controladas diretas e indiretas e controladas em conjunto (“*joint ventures*”) referentes ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo:

Notas Explicativas

	31/03/2019		31/03/2019		31/03/2019						
	% de Participação	Quantidade de ações (em milhares)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	11.010	83.822	48.722	35.100	62.794	62.069	3.816	2.704	2.704	35.100
Multidisplay (i)	91,44	16	134.101	72.219	61.882	209.932	11.370	5.258	4.682	4.281	57.992
Braspag	99,99	621	52.066	22.142	29.924	10.675	5.599	2.958	1.957	1.957	29.924
Cielo USA (iii)	100,00	1	955.188	1.675.626	(720.438)	-	(25.668)	(27.702)	(32.763)	(32.763)	-
Cateno	70,00	10.787.400	12.596.439	420.399	12.176.040	644.523	228.888	178.174	134.426	94.098	8.523.228
Aliança (iv)	99,99	44.770	143.739	6.659	137.080	1.133	1.151	(18.459)	(18.257)	(18.257)	118.965
Subtotal			13.965.355	2.245.767	11.719.588	929.057	283.409	144.045	92.749	52.020	8.765.209
Controladas em conjunto:											
Orizon (ii)	40,95	151.865	333.037	28.106	304.931	35.617	12.011	2.774	4.870	1.994	118.989
Paggo (iii)	50,00	112.357	285	340	(55)	-	-	(14)	(14)	(7)	-
Subtotal			333.322	28.446	304.876	36.617	12.011	2.760	4.856	1.987	118.989
Total Controladora			14.298.677	2.274.213	12.024.464	964.674	295.420	146.805	97.605	54.007	8.884.198
Total Consolidado			333.322	28.446	304.876	35.617	12.011	2.760	4.856	1.987	118.989
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	-	161.605	129.802	31.803	28.313	13.510	4.404	4.342	3.970	29.081
Me-S	100,00	-	978.009	478.222	499.787	422.646	88.827	(4.509)	(2.034)	(2.034)	499.787
Stelo	100,00	109.100	289.549	162.238	129.311	37.278	13.045	(22.360)	(18.464)	(18.464)	129.311
Controladas em conjunto indiretas:											
PrevSaúde	40,95	-	17.654	1.408	16.246	2.027	1.461	1.184	892	365	6.653
Gulher	40,95	-	10.001	8.445	1.556	1.563	159	(42)	147	60	637

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.484.

(ii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(iii) Em 31/03/2019 a empresa Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações - Diversas.

(iv) O saldo do patrimônio líquido contempla o efeito do adiantamento para futuro aumento de capital realizado na Aliança de R\$ 18.144.

Notas Explicativas

	31/12/2018			31/03/2018			31/12/2018				
	% de Participação	Quantidade de ações (em milhares)	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receitas	Lucro Bruto	Lucro operacional antes do resultado financeiro	Lucro Líq. / (Prejuízo)	Equivalência patrimonial do trimestre	Investimento
Controladas:											
Servinet	99,99	11.010	101.628	62.231	39.397	31.392	34.862	2.019	1.492	1.492	39.397
Multidisplay (i)	91,44	16	112.345	48.021	64.324	116.648	5.956	3.569	3.223	2.947	60.225
Braspag	99,99	621	45.893	4.417	41.476	7.790	4.664	1.542	1.540	1.540	41.476
Cielo USA (iii)	100,00	1	983.063	1.665.801	(682.738)	-	(22.081)	(58.566)	(16.819)	51.589	-
Cateno	70,00	10.787.400	12.589.636	383.287	12.206.349	598.470	253.072	225.214	165.550	115.885	8.544.445
Aliança	99,99	44.770	162.145	6.807	155.338	1.003	1.184	5.433	5.498	5.497	137.223
Subtotal			15.795.057	2.170.563	13.624.493	755.303	277.657	232.218	125.714	75.772	9.940.375
Controladas em conjunto:											
Orizon (ii)	40,95	151.865	327.311	22.220	305.091	36.472	11.579	3.840	5.334	2.184	119.054
Paggo (iii)	50,00	112.357	169	210	(41)	-	-	(14)	(14)	(7)	-
Subtotal			327.480	22.430	305.050	36.472	11.579	3.826	5.320	2.177	119.054
Total Controladora			16.122.537	2.192.993	13.929.543	791.775	289.235	236.045	131.033	77.948	10.059.429
Coligada:											
Stelo	30,00	109.100	314.811	178.978	135.833	102	(3.015)	(18.425)	(12.098)	5.369	117.833
Total Consolidado			16.437.348	2.371.971	14.065.376	36.574	8.564	(14.599)	(6.778)	7.546	236.887
Controladas indiretas:											
M4Produtos	91,44	-	144.744	110.919	33.825	30.939	14.420	2.082	2.279	2.084	30.930
Me-S	100,00	-	1.476.935	848.643	628.292	379.017	88.391	5.082	16.523	16.523	628.292
Controladas em conjunto indiretas:											
PrevSaude	40,95	-	16.455	1.102	15.353	2.852	1.501	1.366	1.182	484	6.287
Guilher	40,95	-	13.044	11.636	1.408	1.811	66	(104)	152	62	577

(i) O investimento mantido pela Cielo contempla ajuste realizado no patrimônio líquido da controlada Multidisplay em decorrência da reserva especial de ágio gerada pelo processo de reestruturação societária em que a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay, no montante de R\$ 16.484.

(ii) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(iii) Em 31/03/2018 a empresa Cielo USA e Paggo apresentaram patrimônio líquido negativo, por este motivo o valor do investimento foi reclassificado para Outras Obrigações - Diversas.

Notas Explicativas

A movimentação dos investimentos nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	8.811.562	110.358
Provisão para obrigações com investidas (*)	4.028	(18.977)
Dividendos recebidos:		
Multidisplay	(6.687)	-
Orizon	(3.387)	(3.387)
Cateno	(113.461)	-
Aporte de Capital - Aliança	55.000	-
Aporte de Capital - Stelo	-	55.106
Resultado com equivalência patrimonial	118.989	7.546
Amortização de ágio	(6.496)	-
Saldo em 31 de março de 2018	8.859.548	150.646
Saldo em 31 de dezembro de 2018	8.959.143	119.055
Provisão para obrigações com investidas (*)	32.771	7
Dividendos recebidos:		
Braspag	(13.509)	-
Servinet	(7.000)	-
Cateno	(115.315)	-
Dividendos provisionados		
Multidisplay	(6.514)	-
Orizon	(2.060)	(2.060)
Resultado com equivalência patrimonial	54.007	1.987
Amortização de ágio	(6.496)	-
Saldo em 31 de março de 2019	8.895.027	118.989

(*) Refere-se a investimento com patrimônio líquido negativo, reconhecido na rubrica de Outras Obrigações – Diversas.

10 Imobilizado

	Taxa anual de depreciação - %	Controladora			
		31/03/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20*	1.677.222	(1.138.901)	538.321	433.466
Equipamentos de processamento de dados	20	179.945	(139.626)	40.319	45.674
Máquinas e equipamentos	10 - 20	29.895	(25.394)	4.501	4.849
Instalações	10	48.331	(16.984)	31.347	32.555
Móveis e utensílios	10	12.861	(5.837)	7.024	7.309
Veículos	20	378	(378)	-	-
Total		1.948.632	(1.327.120)	621.512	523.853
	Taxa anual de depreciação - %	Consolidado			
		31/03/2019			31/12/2018
		Custo	Depreciação Acumulada	Líquido	Líquido
Equipamentos de captura de transações	20*	1.677.815	(1.139.168)	538.647	433.833
Equipamentos de processamento de dados	20	228.411	(177.207)	51.204	56.394
Máquinas e equipamentos	10 - 20	54.595	(37.667)	16.928	17.132
Instalações	10	105.709	(35.038)	70.671	60.994
Móveis e utensílios	10	21.606	(9.667)	11.939	12.441
Veículos	20	378	(378)	-	-
Total		2.088.514	(1.399.125)	689.389	580.794

(*) **Mudança na taxa anual de depreciação de Equipamentos de captura (de 33% para 20% a.a.)** - Refere-se à alteração na expectativa de vida útil para equipamentos de captura de transações de 3 para 5 anos. Após estudo realizado pela administração, e conhecimento adquirido, a sociedade constatou que os equipamentos que compõem seu parque instalado permanecem sendo utilizados por mais de 3 anos (em média 5 anos).

A movimentação do imobilizado nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

Notas Explicativas

Controladora						
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/03/2019	
Equipamentos de captura de transações	433.466	146.044	(8.520)	(32.669)	538.321	
Equipamentos de processamento de dados	45.674	33	-	(5.388)	40.319	
Máquinas e equipamentos	4.849	173	-	(521)	4.501	
Instalações	32.555	-	-	(1.208)	31.347	
Móveis e utensílios	7.309	20	-	(305)	7.024	
Total	523.853	146.270	(8.520)	(40.091)	621.512	
	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	31/03/2018	
Total	463.595	30.089	(23.519)	(52.918)	417.247	
Consolidado						
	31/12/2018	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2019
Equipamentos de captura de transações	433.833	146.094	(8.551)	(32.716)	(13)	538.647
Equipamentos de processamento de dados	56.394	1.935	(8)	(7.137)	20	51.204
Máquinas e equipamentos	17.132	1.296	(221)	(1.321)	42	16.928
Instalações	60.994	20.174	(8.015)	(2.481)	(1)	70.671
Móveis e utensílios	12.441	1.068	(1.048)	(523)	1	11.939
Total	580.794	170.567	(17.843)	(44.178)	49	689.389
	31/12/2017	Adições	Baixas/Perdas estimadas	Depreciações	Variação cambial	31/03/2018
Total	512.596	31.436	(23.545)	(56.397)	60	464.150

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018 estão contabilizadas no imobilizado perdas estimadas de equipamentos de captura de transações, nos montantes de R\$ 17.843 e R\$ 24.418, respectivamente.

11 Intangível

A composição analítica do intangível está apresentada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	20.717	28.583
Outros ativos intangíveis	407.213	420.389	11.105.439	11.218.695
Total	407.213	420.389	11.126.156	11.247.278

a. Ágio na aquisição de investimentos

Em 31 de março de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os ágios gerados na aquisição de investimentos das controladas são registrados na rubrica de intangíveis no balanço consolidado, conforme composição analítica apresentada a seguir:

	Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Multisplay	18.096	25.796
Braspag	2.621	2.783
Total	20.717	28.579

Notas Explicativas

Aquisição de controle - Multidisplay

Em agosto de 2010, a Sociedade adquiriu por meio da controlada direta Servrede, 50,1% das ações representativas do capital social da Multidisplay e da sua controlada integral M4Produtos, que juntas são referidas M4U, pelo valor de R\$50.650, gerando ágio inicial de R\$ 31.348.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012 a Servrede foi incorporada pela sua então controlada Multidisplay e o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$10.658 foi incorporado pela Multidisplay e o valor remanescente do ágio, em R\$20.690, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

Em julho de 2016, a Sociedade concluiu a aquisição adicional de 41,34% de participação na controlada Multidisplay, passando a ter 91,44% de participação, conforme a seguir:

Ativos líquidos adquiridos	17.849
Valor pago na data de fechamento	(92.309)
Valor a pagar Remuneração variável (“earn-out”) (*)	(7.824)
Ágio	<u>(82.284)</u>

(*) Saldo remanescente registrado como “Outras obrigações” no passivo não circulante que será pago em até 43 meses a partir da data de fechamento, corrigidos pela variação de 100% do DI, condicionado ao cumprimento de determinadas metas de “performance”, pactuadas no Contrato de Compra e Venda de Ações.

O ágio se sujeita à amortização linear de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou. Em 31 de março 2019, o saldo de ágio é de R\$ 10.827 e o saldo remanescente de R\$ 7.269 refere-se ao benefício fiscal do período, totalizando R\$ 18.095 (R\$ 25.796 em 31 de dezembro de 2018).

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, por meio da então controlada direta Cielopar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela Cielopar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343.

No processo de reestruturação societária ocorrido em 2012, a Cielopar foi incorporada pela sua então controlada Braspag. O benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela Braspag e o valor remanescente do ágio, em R\$ 25.966, foi reconstituído na Sociedade conforme previsto nas Instruções CVM nº 319/99 e nº349/01. O benefício fiscal é amortizado conforme sua realização e o ágio foi amortizado de acordo com o prazo do estudo de projeções de resultados futuros que o justificou.

Em 31 março de 2019, o saldo de ágio é de R\$ 2.621 (R\$ 2.783 em 31 de dezembro de 2018).

A movimentação do saldo de ágios nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	57.667
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(948)
Amortização do ágio do período	(6.496)
Saldo em 31 de março de 2018	50.223

Notas Explicativas

Saldo em 31 de dezembro de 2018	28.579
Realização de benefício fiscal sobre ágio	(1.366)
Amortização do ágio do período	(6.496)
Saldo em 31 de março de 2019	20.717

b. Outros ativos intangíveis

A composição analítica de outros intangíveis está apresentada a seguir:

	Taxa anual de amortização - %	Controladora			
		31/03/2019		31/12/2018	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Software (b)	20	674.638	(381.254)	293.384	306.548
Desenvolvimento de projetos (c)	20	138.759	(25.044)	113.715	113.715
Contratos de serviços (f)	20	952	(838)	114	-
Acordo de não competição (e)	7,5	10.284	(10.284)	-	-
Relacionamento com clientes (d)	10	11.994	(11.994)	-	126
Total		836.627	(429.414)	407.213	420.389

	Taxa anual de amortização - %	Consolidado			
		31/03/2019		31/12/2018	
		Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Direito de Exploração – Arranjo de pagamento Ourocard (a)	3,33	11.571.998	(1.575.078)	9.996.920	10.093.356
Software (b)	6,66 - 20	1.302.954	(751.130)	551.824	561.794
Relacionamento com clientes (d)	4 - 20	613.834	(370.416)	243.418	257.251
Desenvolvimento de projetos (c)	20	481.553	(198.311)	283.242	271.692
Acordo de não competição (e)	7,5 - 50	167.623	(145.988)	21.635	25.480
Contratos de serviços (f)	8 - 20	32.307	(23.986)	8.321	9.048
Marcas (g)	10	3.985	(3.906)	79	74
Total		14.174.254	(3.068.815)	11.105.439	11.218.695

- (a) **Direito de Exploração - Arranjo de Pagamento Ourocard** - No âmbito do acordo de associação entre a Sociedade e BB Elo Cartões, subsidiária integral do Banco do Brasil, em fevereiro de 2015, foram outorgados à Cateno os direitos de exploração da atividade de gestão de contas de pagamento pós-pagas do Arranjo de Pagamento Ourocard, de exploração da atividade de gestão da funcionalidade de compras via débito do Arranjo de Pagamento Ourocard e de participar do Arranjo de Pagamento Ourocard na qualidade de Instituição de Pagamento. Por meio de Laudo de Avaliação Econômico-Financeira, realizado por empresa de auditoria independente e elaborado com base na metodologia de Rentabilidade Futura, por meio do “Fluxo de Caixa Descontado”, os direitos de exploração no âmbito do Arranjo de Pagamento Ourocard, acima descritos, foram avaliados em R\$ 11.572.000 com vida útil definida em 30 anos. A amortização do ativo intangível é apropriada linearmente à taxa de 3,33% ao ano. A vida útil e o método de amortização são revisados anualmente.
- (b) **Software** - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias “*Relief-from-Royalty*” (a um “*royalty fee*” de 16%) e “*Cost Approach - Third-party Cost Estimates*”. A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 12 anos.
- (c) **Desenvolvimento de projetos** - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago nas aquisições do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

(d) **Relacionamento com clientes:**

- **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia “*Income Approach*” considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo “*churn rate*”, utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
- **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: “*e-commerce*”, “*bank customer*” e “*B2B/Outros*”. Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia “*Excess Earnings*”, respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras “*e-commerce*” e “*bank customer*” e 11% para “*B2B/Outros*”. A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% a 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

Notas Explicativas

(e) Acordo de não competição:

- **Multidisplay e M4Produtos** - O valor do acordo de não competição (“with and without”) foi calculado pela metodologia “Income Approach”, utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
- **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company (“CB&T”), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “With and Without”, e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

(f) Contratos de serviços:

- **Multidisplay e M4Produtos** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia “Excess Earnings”, e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

- (g) **Marcas** - avaliada pela metodologia “Relief-from-Royalty”, tendo como premissa a taxa de “royalty” de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da “Royalty Source Intellectual Property Database”, e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora					31/03/2019
	31/12/2018	Adições	(Baixas) / Reversões	Amortizações		
Software	306.548	14.225	-	(27.389)		293.384
Desenvolvimento de projetos	113.715	-	-	-		113.715
Relacionamento com clientes	126	-	-	(12)		114
Total	420.389	14.225	-	(27.401)		407.213
	31/12/2017	Adições	(Baixas) / Reversões	Amortizações		31/03/2018
Total	383.702	18.170	-	(22.893)		378.979
	Consolidado					31/03/2019
	31/12/2018	Adições	(Baixas) / Reversões	Amortizações	Variação cambial	
Direito de Exploração-Arranjo Ourocard	10.093.356	-	-	(96.433)	(3)	9.996.920
Software	561.794	33.713	(702)	(43.637)	656	551.824
Relacionamento com clientes	257.251	-	-	(14.783)	950	243.418
Desenvolvimento de projetos	271.692	52.044	(15.203)	(25.594)	303	283.242
Acordo de não competição	25.480	-	-	(4.006)	161	21.635
Contratos de serviços	9.048	-	-	(436)	(291)	8.321
Marcas	74	14	-	(9)	-	79
Total	11.218.695	85.771	(15.905)	(184.898)	1.776	11.105.439
	31/12/2017	Adições	(Baixas) / Reversões	Amortizações	Variação cambial	31/03/2018
Total	11.505.174	25.523	(306)	(153.413)	1.282	11.378.211

As despesas com depreciação e amortização de imobilizado e amortização do intangível foram registradas nas rubricas “Despesas gerais e administrativas” e “Custo dos serviços prestados” na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

12 Obrigações por empréstimos e financiamentos

	Taxa de juros ao ano	Controladora		Consolidado	
		31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Debêntures privadas (a)	100% à 111% do DI	3.355.345	3.414.717	3.355.345	3.414.717
Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds” (b)	3,75%	1.852.268	1.824.423	3.440.725	3.388.832
Operação 4.131 (c)	1,96% à 2,07%	936.169	925.379	936.168	925.379
Financiamento de P&D	4,0%	128.400	134.049	128.400	134.049
Cédula de crédito bancário (d)	104,4%	920.334	-	920.334	-
Total		7.192.515	6.298.568	8.780.972	7.862.977
Circulante		1.921.889	1.032.941	1.937.348	1.033.618
Não circulante		5.270.626	5.265.627	6.843.624	6.829.359
Total		7.192.515	6.298.568	8.780.972	7.862.977

(a) **Debêntures Privadas**

Em 27 de fevereiro de 2015, a Controladora realizou a 1ª, a 2ª e a 3ª emissões de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações para distribuição privada. As três emissões totalizam o montante de R\$ 3.459.449 e estabelecem como data de vencimento o dia 30 de dezembro de 2023. As remunerações das Debêntures Privadas contemplam juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada entre 100,00% e 111,00% da taxa média diária de juros do DI, conforme aplicável, indicado na tabela abaixo:

Remuneração		
1ª emissão	2.359.449	111% do DI
2ª emissão	700.000	100% do DI até 31.03.2015 e 111% do DI após 31.03.2015
3ª emissão	400.000	100% do DI desde a data de integralização até o dia em que for destituído o “Comitê de Transição” ou até o fim do período de 9 (nove) anos, contados a partir de data base a ser definida em aditamento da Escritura. Na ocasião de qualquer um dos eventos, os juros remuneratórios se basearão na variação de 111% do DI.

Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente a partir da data de emissão, exceto pelo último período de capitalização que será mais curto, pois terá início em 27 de agosto de 2023 e encerrará com pagamento na data de vencimento, juntamente com o valor principal. Excepcionalmente em 27 de março de 2015, houve amortização parcial do saldo principal no montante de R\$122.324 referente à 1ª emissão das debêntures privadas. Não existem cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão das Debêntures Privadas.

(b) **Financiamentos de longo prazo - “ten years bonds”**

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de “bonds” no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro. O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022. Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses “bonds” (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado. Não há cláusulas de “covenants” impondo restrições de ordem financeira em relação à operação financeira de emissão de “bonds”.

(c) **Operação 4.131**

Em 01 de setembro de 2017, foi contratada nova operação junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd - “BTMU” no valor de US\$316.255, equivalente a R\$ 1.000.000 que contempla juros remuneratórios pré-fixados de 1,96% ao ano para o período de 01/09/2017 à 01/03/2018 e 2,07% ao ano para período de 01/03/2018 até vencimento do contrato em 31/08/2018. Adicionalmente, a Sociedade contratou Swap com o objetivo de proteger o referido empréstimo de oscilações relacionadas à variação cambial e taxa de juros, tendo a ponta passiva (remuneração do banco), considerados todos os custos da operação, equivalentes a 100,2% da taxa média diária de juros dos DI. Os juros do empréstimo e as liquidações do instrumento financeiro contratados serão pagos em 28/02/2018, 31/05/2018 e 31/08/2018, este último em conjunto com o saldo principal do empréstimo.

Os empréstimos obtidos junto ao Bank of Tokyo-Mitsubishi UFJ, Ltd possuem “covenants” que obrigam a Sociedade a manter o índice de endividamento Dívida Líquida/EBITDA Ajustado Consolidado igual ou inferior à 3, mensurados anualmente.

(e) **Debêntures Públicas**

Em 13 de abril de 2015, a Sociedade realizou a 4ª emissão de debêntures simples, em série única, da espécie quirografária, não conversíveis em ações e para distribuição pública nos termos da IN/CVM 400/03. A emissão foi realizada no montante de R\$ 4.600.000, com data de vencimento em 13 de abril de 2018. O montante de R\$ 4.600.000 foi integralmente destinado ao resgate antecipado das Notas Promissórias, emitidas em 29 de dezembro de 2014.

A remuneração das Debêntures Públicas contempla juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 105,8% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interbancários. O valor principal foi amortizado em 3 parcelas iguais e anuais, em abril de cada ano, e os juros remuneratórios foram pagos semestralmente, em abril e outubro de cada ano. Em 30 de abril de 2018 foram pagos os montantes de R\$ 1.533.336 de principal e R\$ 54.340 de juros, liquidando a operação.

(d) **Cédula de Crédito Bancário**

Em março de 2019 houve captação de R\$ 920 milhões por meio de uma CCB (cédula de crédito bancário) emitida para o Banco Itaú Unibanco. A operação foi realizada decorrente da emissão de 3 (três) títulos, composto por R\$ 200 milhões e R\$ 300 milhões com vencimento em 25 de abril de 2019 e R\$ 420 milhões com vencimento em 29 de abril de 2019.

A Sociedade cumpriu o índice financeiro relacionado às cláusulas restritivas de seus empréstimos e financiamentos descritos acima.

Notas Explicativas

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 é como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2017	7.911.224	9.245.353
Pagamento de principal	(167.003)	(167.003)
Variação cambial (principal e juros)	13.297	20.285
Ajuste Marcação a Mercado (MTM)	(9.237)	(9.237)
Juros provisionados e encargos apropriados	117.944	130.283
Juros pagos	(157.485)	(157.485)
Saldo em 31 de março de 2018	7.708.740	9.062.196
Saldo em 31 de dezembro de 2018	6.298.568	7.863.358
Novas captações	920.000	920.000
Pagamento de principal	(5.639)	(5.639)
Variação cambial (principal e juros)	29.019	39.791
Ajuste de marcação a mercado	5.075	5.075
Juros provisionados e encargos apropriados	77.611	90.506
Juros pagos	(132.119)	(132.119)
Saldo em 31 de março de 2019	7.192.515	8.780.972

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo exigível a longo prazo

A composição do saldo da rubrica “Empréstimos e financiamentos” classificado como não circulante em 31 de março de 2019, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora	Consolidado
2020	15.397	15.397
2021	22.556	22.556
2022	1.854.006	3.432.169
2023	3.359.681	3.359.681
2024	22.556	22.556
Total de empréstimos e financiamentos	5.274.196	6.852.359
Apropriação de custos na emissão de dívidas	(3.570)	(8.735)
Total	5.270.626	6.843.624

13 Outras obrigações - Diversas - Contas a pagar a clientes

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Contas a pagar a clientes (a)	55.075.489	52.878.277	55.202.445	52.878.277
Valores a liquidar a clientes (b)	-	-	305.368	607.416
Cauções de clientes (c)	-	-	83.880	145.894
Total	55.075.489	52.878.277	55.591.693	53.631.587

- (a) **Contas a pagar a clientes** - Corresponde à obrigação de pagar o valor de transações de compra de produtos e serviços realizadas com cartões aos estabelecimentos comerciais credenciados pela Sociedade. O saldo total de contas a pagar a clientes (contas a pagar a clientes e contas a pagar aos FIDCs - decorrente das antecipações realizadas por estes) é superior ao saldo do contas a receber de emissores, apresentado no ativo, dado que, de forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias (“float” de aproximadamente dois dias);
- (b) **Valores a liquidar a clientes** - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes às transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações;
- (c) **Cauções de clientes** - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

Adicionalmente à prestação de serviços de pagamento dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito para os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão os recursos das transações de cartões de crédito. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade

Notas Explicativas

estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

14 Provisões, ativos e passivos contingentes

a. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Sociedade é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações tributárias, cíveis e trabalhistas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, como segue:

	Controladora					
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2019
Tributárias	1.615.018	34.531	-	1.119	-	1.650.668
Trabalhistas	40.783	10.458	(6.628)	805	(976)	44.442
Cíveis	99.431	400	(333)	382	(1.213)	98.667
Total	1.755.232	45.389	(6.961)	2.306	(2.189)	1.793.777
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2018
Total	1.684.738	51.134	(16.156)	1.948	(4.387)	1.717.277
	Consolidado					
	31/12/2018	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2019
Tributárias	1.623.296	35.226	(1.885)	1.119	-	1.657.756
Trabalhistas	41.946	11.162	(6.993)	805	(976)	45.944
Cíveis	116.335	831	(1.083)	382	(1.213)	115.252
Total	1.781.577	47.219	(9.961)	2.306	(2.189)	1.818.952
	31/12/2017	Adições (a)	Baixas/ reversões (b)	Atualização monetária	Pagamentos (c)	31/03/2018
Total	1.741.317	12.772	(17.079)	1.948	(4.434)	1.734.524

- (a) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018, registrada em contrapartida às rubricas “Impostos sobre serviços” e “Outras despesas operacionais, líquidas”, e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica “Outras despesas operacionais, líquidas” na demonstração do resultado.
- (b) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade.
- (c) No trimestre findo em 31 de março de 2019, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 48 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 2.189 na Controladora e no Consolidado.

Processos tributários

Os saldos a seguir correspondem à provisão para riscos tributários, decorrentes de divergência de interpretação em relação às autoridades fiscais e os respectivos depósitos judiciais:

Notas Explicativas

Principais processos tributários	Provisão para Riscos Tributários Controladora		Provisão para Riscos Tributários Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Fundo de Investimentos da Amazônia – FINAM (b)	17.398	17.398	17.398	17.398
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	98.188	62.538	105.276	70.816
Total	1.650.668	1.615.018	1.657.756	1.623.296

Principais processos tributários	Depósito Judicial Controladora		Depósito Judicial Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
COFINS - Regime não Cumulativo (a)	1.517.142	1.517.142	1.517.142	1.517.142
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002 (c)	10.895	10.895	10.895	10.895
Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008 (d)	7.045	7.045	7.045	7.045
Outros	19.923	19.923	24.931	23.356
Total	1.555.005	1.555.005	1.560.013	1.558.438

- (a) **COFINS - Regime não Cumulativo** - a Sociedade, em fevereiro de 2004, impetrou mandado de segurança visando afastar a exigibilidade da COFINS nos moldes da Lei à alíquota de 7,6%, efetuando o depósito judicial dos valores apurados mensalmente e registrando a diferença entre os regimes cumulativo e não cumulativo como provisão para riscos. Em maio de 2017, após o julgamento do Recurso Extraordinário nº 570.122/RS – com repercussão geral reconhecida em relação à matéria suscitada e resultado desfavorável aos Contribuintes –, a Sociedade decidiu por cessar a realização dos depósitos em juízo, passando a recolher os tributos e se beneficiar da dedutibilidade a que alude o Decreto nº 3.000/99 e a Instrução Normativa nº 1.700/2017. O mandado de segurança, entretanto, permanece aguardando decisão em instância superior para solução definitiva da lide, em decorrência do acórdão ainda não publicado nos autos do Recurso Extraordinário. Em 31 de março de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 1.517.142, na controladora e no consolidado.
- (b) **Fundo de Investimentos da Amazônia - FINAM** - Em 2007, a Sociedade sofreu auto de infração referente ao ano-calendário 2002, exercício 2003. A Receita Federal do Brasil alega a não apresentação do Pedido de Revisão de Ordem de Emissão de Incentivos Fiscais - PERC nos prazos requeridos e, assim, não reconhece a parcela do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ destinada ao FINAM. O processo administrativo está aguardando julgamento do recurso voluntário da Sociedade pelo Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF. Em 31 de março de 2019, o valor da provisão para riscos constituída é de R\$ 17.398 na controladora e no consolidado.
- (c) **Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL 2002** - Em 2007, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir a CSLL (cota de ajuste) relativamente ao ano-calendário 2002, acrescida da multa de ofício (75%) e dos juros de mora, bem como multa isolada (50%) sobre os valores das “estimativas” de CSLL que não teriam sido recolhidas. Após a manutenção do auto de infração na esfera administrativa, em julho de 2011, a Sociedade optou pela discussão judicial. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente e está sendo contestado em autos de ação anulatória, distribuída em agosto de 2011. Em 1ª instância judicial, foi proferida sentença julgando improcedente a ação anulatória. Atualmente, o processo aguarda julgamento do recurso de apelação da empresa. Em 31 de março de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 10.895, na controladora e no consolidado.
- (d) **Saldo Negativo de IRPJ do Ano-calendário 2008** - Em 2009, a controladora compensou o saldo negativo de IRPJ do ano calendário de 2008 para débitos fiscais devidos em 2009 mediante apresentação de Declaração de Compensação (PER/DCOMP). Ao apreciar referida declaração de compensação em 2012, a Secretaria da Receita Federal do Brasil não homologou o crédito fiscal e, por consequência, emitiu o Despacho Decisório nº 022405395. Em janeiro de 2013, a controladora ajuizou Ação Ordinária Anulatória de Débito Fiscal, na Vara Cível da Subseção Judiciária de Osasco/SP, com a finalidade de demonstrar e provar o crédito de saldo negativo do ano-calendário de 2008. O valor integral do crédito tributário está depositado judicialmente. Em 31 de março de 2019, o valor da provisão para riscos constituída e o valor do depósito judicial são ambos de R\$ 7.045, na controladora e no consolidado.

Adicionalmente, em dezembro de 2018, foi lavrado auto de infração contra a Sociedade para exigir o recolhimento de PIS e COFINS à alíquota de 9,25% sobre as receitas decorrentes da aquisição de recebíveis (“ARV”), relativamente aos anos-calendário 2014 e 2015, acrescido de multa de ofício e juros de mora, no montante global de R\$ 655.673. Com base na opinião dos assessores jurídicos da Sociedade, a classificação do risco de perda foi estabelecida como remota.

A Administração da Sociedade, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das provisões para riscos tributários ocorrerá em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de credenciamento, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de março de 2019, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$ 44.441 na controladora e R\$ 45.944 no consolidado (R\$ 40.783 na controladora e R\$ 41.946 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), e o saldo de depósito judicial em 31 de março de 2019 é de R\$ 12.687 na

Notas Explicativas

controladora e R\$ 12.701 no consolidado (R\$ 11.473 na controladora, e R\$ 11.487 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso das referidas provisões para riscos cíveis ocorrerá em até 5 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle da Sociedade.

Adicionalmente, em 31 de março de 2019, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

Processos trabalhistas

Referem-se às demandas trabalhistas que, em 31 de março de 2019, incluíam 567 ações trabalhistas contra a Sociedade e 60 contra as controladas, totalizando 627 ações (538 ações trabalhistas contra a Sociedade e 61 contra as controladas, totalizando 599 ações em 31 de dezembro de 2018). Dentre essas ações em 31 de março de 2019, 218 foram movidas por ex-empregados (204 em 31 de dezembro de 2018) e as 409 restantes (395 em 31 de dezembro de 2018) foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As ações trabalhistas, quando iniciadas, são consideradas como de probabilidade de perda possível. Via de regra, somente após decisão judicial de 1ª ou 2ª instâncias, as ações são reclassificadas como de probabilidade de perda provável ou remota, dependendo do teor da decisão e considerando o histórico de perdas em ações similares. Em geral, as ações trabalhistas são referentes a equiparação salarial, horas extras, reflexo do bônus anual, enquadramento sindical, reconhecimento de vínculo e dano moral.

Em 31 de março de 2019, a provisão para perdas prováveis em ações trabalhistas é de R\$ 98.668 na controladora e R\$ 115.252 no consolidado (R\$ 99.431 na controladora e R\$ 116.335 no consolidado em 31 de dezembro de 2018), e o saldo de depósito judicial é de R\$ 57.745 na controladora e R\$ 67.508 no consolidado (R\$ 57.745 na controladora e R\$ 67.452 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

A Administração da Sociedade e de suas controladas, fundamentada na opinião de seus assessores jurídicos, estima que o efetivo desembolso de 72,48% de referidas provisões para riscos trabalhistas ocorrerá em até 5 anos, e 27,52% em até 10 anos, sendo certo que o andamento processual depende de fatores externos, alheios ao controle do Grupo.

Adicionalmente, em 31 de março de 2019, a Sociedade e suas controladas possuem ações tributárias, cíveis e trabalhistas envolvendo riscos de perdas avaliadas como possíveis por seus assessores jurídicos, para as quais não há provisão constituída, como segue:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018	31/03/2019	31/12/2018
Tributárias	173.585	139.617	177.296	149.268
Cíveis	218.739	206.592	219.799	207.633
Trabalhistas	64.065	91.575	74.296	107.839
Total	456.389	437.784	471.391	464.740

b. Depósitos judiciais

Nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e 2018, a Sociedade mantém depósitos judiciais

Notas Explicativas

vinculados às provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis, cujas movimentações estão assim demonstradas:

Controladora				
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019
Tributários	1.555.005	-	-	1.555.005
Cíveis	11.473	1.214	-	12.687
Trabalhistas	57.745	-	-	57.745
Total	1.624.223	1.214	-	1.625.437
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018
Total	1.610.072	4.115	(104)	1.614.083
Consolidado				
	31/12/2018	Adições	Baixas	31/03/2019
Tributários	1.558.438	1.575	-	1.560.013
Cíveis	11.487	1.214	-	12.701
Trabalhistas	67.452	56	-	67.508
Total	1.637.377	2.845	-	1.640.222
	31/12/2017	Adições	Baixas	31/03/2018
Total	1.621.861	4.265	(103)	1.626.023

15 Patrimônio líquido

a. Capital social

O capital social em 31 de março de 2019 é de R\$ 5.700.000 (R\$ 5.700.000 em 31 de dezembro de 2018) representado por 2.716.815.061 (2.716.815.061 ações em 31 de dezembro de 2018) ações ordinárias todas subscritas e integralizadas.

Conforme mencionado na nota explicativa nº 16, a quantidade de ações líquidas das ações em tesouraria em 31 de março de 2018 é de 2.713.358.159 (2.714.233.626 ações em 31 de dezembro de 2018).

O capital social da Sociedade pode ser aumentado em até 2.400.000.000 de ações ordinárias adicionais, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, órgão competente para fixar o preço de emissão, as demais condições e os prazos de subscrição e de integralização das ações no limite do capital autorizado.

b. Reserva de capital

Representa os custos com remuneração baseada em ações e os ágios nas subscrições de ações referentes às contribuições de capital por acionistas que ultrapassaram a importância destinada à formação do capital social.

O saldo da reserva de capital em 31 de março de 2019 é de R\$ 74.333 (R\$ 71.255 em 31 de dezembro de 2018).

c. Ações em tesouraria

Em 20 de fevereiro de 2019, foi definido que a Sociedade poderá adquirir nos Programas o total de até 2.170.000 (dois milhões e cento e setenta mil) de ações ordinárias, sendo que, no primeiro Programa poderão ser adquiridas até 1.100.000 (um milhão e cem mil) ações com prazo de vigência entre 1º de março de 2019 e 10 de março de 2019, e no segundo Programa serão adquiridas até 1.070.000 (um milhão e setenta mil) ações com prazo de vigência entre 1º de agosto de 2019 e 10 de agosto de 2019. Adicionalmente, essas aquisições de ações de emissão pela própria Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução CVM nº 10/80.

Notas Explicativas

Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Ações	Valor	Custo médio R\$ por ação
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(2.581.435)	(50.578)	19,59
Recompra em fevereiro	(1.100.000)	(11.758)	10,69
Venda em março	224.533	3.802	16,93
Saldo em 31 de março de 2019	(3.456.902)	(58.534)	16,93

d. Ajustes de avaliação patrimonial

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e benefícios pós emprego. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2019	31/12/2018
Varição cambial sobre investimento no exterior	54.686	59.622
Benefício pós emprego	(5.557)	-
Total	49.129	59.622

e. Reserva de lucros - Legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do período, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de março de 2019 é de R\$ 1.077.172 (R\$ 1.049.745 em 31 de dezembro de 2018).

f. Reserva de lucros - Orçamento de capital

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de fevereiro de 2019, foram apreciadas as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em 31 de dezembro de 2018 e a proposta de orçamento de capital para o exercício social vigente, que foram analisadas pelo Conselho Fiscal e foram aprovadas na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2019. A constituição do orçamento de capital ficou composta pelo equivalente a 28,5% do lucro líquido do trimestre de 2019. A proposta de orçamento de capital foi justificada pela necessidade de fortalecer o capital de giro e garantir maior robustez e estabilidade financeira à Sociedade, facilitando o financiamento das suas operações, bem como o investimento em cotas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Cielo para viabilizar o fomento das operações de aquisição de recebíveis de vendas (“ARV”), além de prover recursos para eventual recompra de ações de emissão da Sociedade.

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de março de 2019, após a destinação do resultado do trimestre de 2019, é de R\$ 1.981.057 (R\$ 1.824.726 em 31 de dezembro de 2018).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo obrigatório de 30% sobre os lucros auferidos (após a constituição da reserva legal) no encerramento de cada exercício.

O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da AGO. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos à conta de lucro apurada nesses balanços. Ainda, o Conselho de Administração poderá declarar dividendos intercalares à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Notas Explicativas

Os dividendos referentes ao 1º trimestre de 2019 foram propostos no montante de R\$ 364.773, representando 70% sobre os lucros auferidos (após constituição de reserva legal) no trimestre.

h. Capital Regulatório

A Circular do Banco Central nº 3.681/13 determina que as Instituições de Pagamentos credenciadoras devem manter, permanentemente, patrimônio líquido ajustado pelas contas de resultado em valor correspondente a, no mínimo, 2% do valor médio mensal das transações de pagamento processadas pela instituição nos últimos doze meses.

Em 31 de março de 2019, a Sociedade mantém o capital mínimo regulatório exigido.

16 Lucro líquido por ação

a. Movimentação do número de ações ordinárias

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2018	2.714.233.626
Exercício de opção de compra de ações:	
Março	224.533
Recompra de ações – Janeiro	(1.100.000)
Total	2.713.358.159

b. Lucro por ação

A seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Lucro por ação básico

	Controladora e Consolidado	
	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	548.531	995.652
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.715.940	2.714.373
Lucro por ação (em R\$) - Básico	0,20197	0,36681

Lucro por ação diluído

	Controladora e Consolidado	
	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Lucro líquido disponível para as ações ordinárias	548.531	995.652
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	2.715.940	2.714.373
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	2.695	2.528
Total (em milhares)	2.718.635	2.716.901
Lucro por ação (em R\$) - diluído	0,20177	0,36647

17 Receita operacional líquida

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre /19	1º trimestre/18	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Receita operacional bruta	1.597.285	1.852.416	3.061.312	3.125.014
Impostos sobre serviços	(164.795)	(221.306)	(288.218)	(340.330)
Total	1.432.490	1.631.110	2.773.094	2.784.684

A receita operacional bruta é proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, da gestão de contas de pagamento relacionado ao Arranjo de Pagamento Ourocard, do aluguel de equipamentos de

Notas Explicativas

captura e da prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de crédito de telefonia fixa e celular.

18 Despesas por natureza

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidada por função.

O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/19	1º trimestre/18	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Despesas com pessoal	(130.768)	(103.478)	(253.378)	(184.195)
Depreciações e amortizações	(73.989)	(104.087)	(234.967)	(238.784)
Serviços profissionais	(130.699)	(67.472)	(123.435)	(79.982)
Gastos com aquisição (a)	(593.405)	(531.953)	(1.292.481)	(1.126.158)
Vendas e marketing (b)	(28.788)	(28.055)	(33.912)	(31.548)
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	(198.346)	(115.721)
Outras, líquidas de créditos de PIS e COFINS	(28.459)	(13.653)	(52.804)	(11.875)
Total	(986.108)	(848.698)	(2.189.323)	(1.788.263)
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	(643.922)	(614.665)	(1.660.224)	(1.434.328)
Despesas com pessoal	(85.768)	(61.062)	(187.444)	(126.217)
Despesas gerais e administrativas	(128.777)	(93.029)	(184.435)	(133.591)
Vendas e marketing	(28.788)	(28.055)	(33.912)	(31.548)
Outras despesas operacionais, líquidas	(98.853)	(51.887)	(123.308)	(62.579)
Total	(986.108)	(848.698)	(2.189.323)	(1.788.263)

- (a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos de captura de transações, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.
- (b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing, incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores e ações comerciais para novos credenciamentos de clientes.
- (c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

19 Outras despesas operacionais, líquidas

Estão representadas por:

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/19	1º trimestre/18	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Perdas com créditos incobráveis e fraude (a)	(74.983)	(49.446)	(92.801)	(66.447)
Provisão para risco, líquida	(16.172)	945	(18.135)	9.387
Baixas de provisões e (reversões) para perdas do imobilizado	(7.898)	(3.766)	(7.898)	(3.766)
Outras	200	380	(4.474)	(1.753)
Total	(98.853)	(51.887)	(123.308)	(62.579)

- (a) Perdas com fraude estão relacionadas a perdas operacionais decorrentes de valores de vendas contestados pelos usuários dos cartões e que já foram liquidados aos estabelecimentos comerciais.

20 Compromissos

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

Notas Explicativas

a. Contratos de aluguel

Em 31 de março de 2019, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Até 1 ano	11.265
De 1 ano a 5 anos	11.408
Acima de 5 anos	3.539
Total	26.212

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

b. Fornecedores de telecomunicações, tecnologia (processamento de transações), logística, central de atendimento e “back office”

Em 31 de março de 2019, com base nos contratos vigentes, os compromissos mínimos assumidos de fornecedores de tecnologia, telecomunicações, logística, central de atendimento, “back office” e televendas são os seguintes:

Até 1 ano	223.727
De 1 ano a 5 anos	395.107
Total	618.834

Os contratos de central de atendimento, de captura e processamento de transações assim como os contratos de telecomunicações e “back office” não preveem multa rescisória.

21 Benefícios a empregados

Benefícios pós-emprego

A Sociedade possui um passivo atuarial decorrente de benefício pós-emprego, referente às expectativas de pessoas com assistência médica, cujo montante provisionado em 31 de março de 2019 é de R\$16.818 (R\$ 7.728 em 31 de dezembro de 2018).

Previdência Complementar

A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no trimestre findo em 31 de março de 2019, em despesas de contribuições no montante de R\$ 3.531 (R\$1.797 no trimestre findo em 31 de março de 2018), contabilizadas nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas com pessoal”.

Outros benefícios

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários outros benefícios, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$21.459 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (R\$15.006 no trimestre findo em 31 de março de 2018).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo alavancar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, por meio de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, *e-learning*s, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Notas Explicativas

22 Participação de colaboradores e administradores no lucro

A Sociedade e suas controladas concede participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018 foram registrados conforme abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Colaboradores	15.585	11.020	23.425	16.034
Diretores estatutários	3.250	2.328	3.541	2.898
Total	18.835	13.348	26.966	18.932

23 Remuneração de administradores e Conselho Fiscal

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado dos períodos são como seguem:

	31/03/2019			31/03/2018		
	Fixa	Outros(*)	Total	Fixa	Outros(*)	Total
Diretores estatutários	2.496	4.115	6.611	2.132	2.265	4.397
Conselho de administração	614	-	614	580	-	580
Total	3.110	4.115	7.225	2.712	2.265	4.977

(*) Saldo corresponde à remuneração variável e verbas rescisórias de executivos, e não contempla o Plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 24).

A remuneração global anual dos Administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) e Conselho Fiscal em 2019, fixada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 18 de abril de 2019, foi de R\$49.000 já contemplados os tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável.

Para o Conselho Fiscal, a remuneração anual aprovada para o exercício corrente foi de R\$515 e 2018 de R\$515.

24 Plano de opção de compra de ações e de ações restritas

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou o plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, com vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

No limite do capital autorizado a Sociedade pode outorgar ações ou opções de ação de compra ou subscrição de ações a seus administradores, empregados e a pessoas naturais que prestem serviços à Sociedade, assim como aos administradores e empregados de outras sociedades que sejam controladas direta ou indiretamente pela Sociedade. Poderão ser outorgadas opções de compra de ações ou ações restritas, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária a qual aprovou alterações no Plano, com a introdução da possibilidade dos elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos, sendo que o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos. Os beneficiários da outorga de opções de compra de ações realizada em 2010, nos termos do Plano

Notas Explicativas

e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, puderam exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em reuniões do Conselho de Administração realizadas em 22 de junho de 2011, 20 de junho de 2012, 19 de junho de 2013, 25 de junho de 2014, 24 de junho de 2015, 29 de junho de 2016, 28 de junho de 2017 e 20 de junho de 2018 foram aprovadas a quarta, quinta, sexta, sétima, oitava, nona, décima e décima primeira outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente. A décima Outorga foi realizada em 6 de julho de 2018 totalizando 901.888 ações restritas.

Na reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de fevereiro de 2012, foi aprovado o plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de “*Restricted Shares*”, denominado como Sócio Cielo. Esse programa tem como objetivo minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. O programa Sócio Cielo de 2012 a 2016 teve duração de dois anos. A partir de 2017 o programa passou a ter sua carência faseada em três parcelas, sendo 33% após um ano, 33% após dois anos e 33% após três anos. As transferências das ações estão condicionadas a permanência do executivo na Sociedade. Em reuniões do Conselho da Administração em 26 de fevereiro de 2014, 25 de fevereiro de 2015, 27 de janeiro de 2016, 26 de janeiro de 2017, 23 de fevereiro de 2018 e 20 de fevereiro de 2019 foram deliberados os planos Sócio Cielo 2014, 2015, 2016, 2017, 2018 e 2019 - “*Restricted shares*”, outorgados em março dos mesmos anos.

Em 31 de março de 2019, a posição dos planos de opção de compra de ações e ações restritas é a seguinte:

Data de outorga	Quantidade de ações									Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação					Saldo		
				2013	2014	2015	2016	2017			
Julho de 2012	986.475	(243.708)	(2.398.039)	188.945	1.047.455	254.514	107.483	59.828	2.953	10,73	4,42
Julho de 2013	1.049.141	(291.092)	(2.429.564)	-	989.734	370.317	263.000	122.584	74.120	12,52	5,83
Julho de 2014	1.561.552	(396.308)	(1.742.267)	-	-	303.607	311.729	214.442	252.755	18,87	8,70
Julho de 2016	650.947	(196.115)	(379.010)	-	-	-	-	101.984	177.806	-	27,43
Março de 2017	121.470	(45.215)	(82.173)	-	-	-	-	24.294	18.376	-	22,51
Julho de 2017	828.878	(260.861)	(55.425)	-	-	-	-	-	512.592	-	23,26
Março de 2018	437.187	(116.337)	(125.692)	-	-	-	-	-	195.158	-	25,32
Julho de 2018	901.888	(141.916)	(26.489)	-	-	-	-	-	733.483	-	16,77
Março de 2019	995.372	(101.973)	-	-	-	-	-	-	893.399	-	10,89
Total	7.532.910	(1.793.525)	(7.238.659)	188.945	2.037.189	928.438	682.212	523.132	2.860.642		

Para determinar o valor justo das opções, entre os exercícios de 2011 e 2014, optou-se pelo modelo de Black & Scholes para a precificação das opções. As premissas utilizadas estão demonstradas no quadro abaixo:

	Outorga em		
	Julho 2012	Julho 2013	Julho 2014
“ <i>Dividend yield</i> ”	5,36%	3,71%	3,31%
Volatilidade do preço da ação	31,65%	30,06%	23,15%
Período esperado para o exercício	6 anos	6 anos	6 anos

A partir do exercício de 2015, a Sociedade optou pela utilização do modelo binomial para a precificação das opções.

O valor justo das opções e das ações está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 meses (para os planos

Notas Explicativas

Sócio Cielo) e de 36 meses (para os planos de opções de ações restritas).

No trimestre findo em 31 de março de 2019, foi reconhecida provisão de R\$ 6.880 líquida dos encargos (R\$ 5.663 em 31 de março de 2018), tendo como contrapartida a rubrica “Despesas com pessoal”. Desse montante corresponde a parcela de diretores estatutários o total de R\$ 2.049 líquido dos encargos (R\$ 1.546 em 31 de março de 2018).

Foram exercidas 224.533 ações no valor de R\$ 3.802 no trimestre findo em 31 de março de 2019 (634.542 ações no valor de R\$ 12.952 no trimestre findo em 31 de março de 2018). A movimentação de opções de ações outorgadas registrado na rubrica “Reserva de capital” no patrimônio líquido, totalizou R\$ 3.078 no trimestre findo em 31 de março de 2019. (R\$ 49 em 31 de março de 2018).

25 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	1º trimestre/19	1º trimestre/18	1º trimestre/19	1º trimestre/18
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	5.103	61.141	44.146	103.236
PIS e COFINS (a)	(279)	(2.864)	(1.800)	(4.182)
Outras receitas financeiras	862	140	2.830	961
Total	5.686	58.417	45.176	100.015
Despesas financeiras:				
Juros de mora e multas	(139)	(42)	(245)	(50)
Multas e juros sobre provisões para riscos	(2.790)	(1.948)	(3.251)	(2.226)
Juros e encargos sobre empréstimos	(90.212)	(105.809)	(90.212)	(105.809)
Participação de Terceiros – FIDC Plus	-	-	(30.999)	(32.570)
Outras despesas financeiras	(4.702)	(3.882)	(22.007)	(17.006)
Total	(97.843)	(111.681)	(146.714)	(157.661)
Aquisição de recebíveis:				
Receita com aquisição de recebíveis e rendimentos (b)	288.680	464.963	315.461	484.931
PIS e COFINS (a)	(13.424)	(21.621)	(13.424)	(21.621)
Total	275.256	443.342	302.037	463.310
Variação cambial, líquida	47.611	(23.703)	47.615	(23.681)
Total	230.710	366.375	248.114	381.983

(a) Despesas de PIS e COFINS sobre receitas financeiras auferidas pela Sociedade, sob às alíquotas de 0,65% e 4%, respectivamente, conforme disposições do Decreto nº 8.426/15, com vigência a partir de 1º de julho de 2015. As despesas incorridas no período foram agrupadas nos grupos de “Receitas Financeiras” e “Aquisição de Recebíveis”, na proporção de sua incidência, para melhor apresentação das rubricas contábeis.

(b) Na Controladora, o saldo corresponde aos rendimentos do FIDC e do FIDC Plus. No consolidado, o saldo corresponde à aquisição de recebíveis líquida do ajuste “*pro rata temporis*” nos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018, composta pela receita oriunda do volume de recebíveis adquiridos de transações de crédito à vista e parcelado pelos FIDC e FIDC Plus, apropriada conforme a fluência do prazo das operações.

26 Instrumentos financeiros

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros do Grupo foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas de avaliação. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado. O Grupo não efetua aplicações

Notas Explicativas

de caráter especulativo, seja em derivativos, seja em outro ativo de risco.

a. Gestão de risco de capital

O Grupo administra seu capital para assegurar que as empresas possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital do Grupo é formada pelo patrimônio líquido e pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos, deduzidos pelo caixa, aplicações interfinanceiras de liquidez, instrumentos financeiros derivativos e títulos e valores mobiliários).

A Cielo mantém patrimônio líquido mínimo, nos termos da regulamentação emitida pelo BACEN, correspondente a 2% da média mensal das transações de pagamento (vide nota explicativa 15). Não há requerimento de manutenção de patrimônio líquido mínimo para as demais empresas do Grupo.

A partir da concessão da autorização de funcionamento como Instituição de Pagamento pelo BACEN, em 27 de abril de 2017, a Cielo passou a estar sujeita ao cumprimento de regras que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de patrimônio líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma instituição financeira.

O índice de endividamento no fim do período de relatório é o seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2018	31/03/2018	31/12/2018
Dívida (i)	(7.192.515)	(6.298.568)	(8.780.972)	(7.862.977)
Instrumentos financeiros derivativos (ii)	4.065	(75.692)	(132.603)	(75.692)
Disponibilidades	25.581	36.880	488.744	433.961
Aplicações interfinanceiras	-	-	211.532	236.173
Títulos e valores mobiliários (exceto FIDCs)	637.882	90.784	2.973.132	2.232.912
Dívida líquida	(6.524.987)	(6.246.596)	(5.238.168)	(7.117.151)
Patrimônio líquido (iii)	9.040.130	9.364.270	12.696.832	13.030.274
Índice de endividamento líquido	72,18%	66,71%	41,26%	54,62%

(i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, conforme nota explicativa 12.

(ii) Instrumento financeiro derivativo compreende a posição do contrato de “*swap*” e de “*NDF*”, mencionados na nota explicativa 6.

(iii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Sociedade, gerenciados como capital.

b. Risco de crédito

Na operação de adquirência da Cielo, seu risco primário se resume à possibilidade de inadimplência dos emissores de cartão, os quais têm a obrigação de efetuar o pagamento à Sociedade dos valores relativos às transações realizadas pelos portadores dos cartões por eles emitidos, para que a Cielo possa, então, efetuar o pagamento de tais valores aos estabelecimentos comerciais credenciados. Também há para a Sociedade um risco residual relativo a possível inadimplência dos portadores de cartão junto ao emissor em situação de “default”.

Tais riscos primário e residual podem ou não existir para a Cielo, dependendo do modelo de risco/garantia adotado pela Bandeira do cartão na sua operação junto aos emissores de cartões e aos credenciadores.

Cada bandeira possui o seu sistema de garantias próprio, os quais encontram-se discriminados em seus regulamentos. Tendo em vista a variação do modelo de garantias e do grau de risco imputados às credenciadoras, a Sociedade avalia e gerencia tais riscos conforme o modelo de cada bandeira, exigindo ou dispensando a apresentação de garantias dos emissores de cartão. Ressalta-se que nos termos da Circular BACEN nº 3.682, de novembro de 2013, as bandeiras (denominadas “Instituidora do Arranjo de Pagamentos” na regulamentação aplicável), submeteram seus respectivos regulamentos para apreciação do BACEN, os quais encontram-se

Notas Explicativas

sob análise. Dessa forma, o risco de crédito da Sociedade pode sofrer modificações, a depender do regulamento das bandeiras a ser oportunamente aprovado e divulgado.

Também há para a Sociedade risco de perdas com chargeback nas operações de aquisição de recebíveis (ARV) junto aos estabelecimentos comerciais credenciados, em especial aqueles que efetuam vendas diferidas (com entrega futura de bens e/ou serviços). Para mitigação desse risco, a Sociedade adota procedimentos de análise de risco e controle que impedem que o estabelecimento comercial possa antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade.

Em sua operação a Sociedade também tem risco com Subadquirentes afiliados, à medida que estes podem não repassar aos seus estabelecimentos afiliados os valores recebidos da Cielo referentes às transações de cartão. Tal risco é mitigado pelas disposições constantes do termo de adesão ao contrato de credenciamento ao sistema Cielo que prevê que os Subadquirentes assumem a responsabilidade de repassar os valores aos seus afiliados, isentando a Cielo de qualquer responsabilidade. A Sociedade também adota procedimento de análise de risco e controle que impedem que os Subadquirentes possam antecipar a totalidade dos valores disponíveis em sua agenda financeira junto à Sociedade. Ademais a Sociedade pode, conforme o caso, solicitar garantias como fiança bancária para a cobertura de seu risco.

A Sociedade possui direitos sujeitos a risco de crédito junto às instituições financeiras registradas nas rubricas de disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, instrumentos financeiros derivativos e contas a receber com bancos emissores que totalizam R\$ 71.268.530 na controladora e 67.308.424 no consolidado (R\$ 68.917.239 na controladora e R\$ 65.122.366 no consolidado em 31 de dezembro de 2018).

c. Risco de fraude

A Sociedade utiliza um sistema antifraude no monitoramento das transações efetuadas com cartões de crédito e de débito que aponta e identifica transações suspeitas de fraude no momento da autorização e envia um alerta ao banco emissor do cartão para que este contate o portador do cartão.

d. Operações com instrumentos financeiros derivativos

Política de uso de derivativos

Conforme política interna, o resultado financeiro da Sociedade deve ser oriundo da geração de caixa do seu negócio, e não de ganhos no mercado financeiro. Portanto, considera que a utilização de derivativos deve ser apenas para proteção de eventuais exposições que ela possa ter decorrentes dos riscos aos quais está exposta, sem fins especulativos. A contratação de um derivativo deve ter como contraparte um ativo ou passivo a descoberto.

O critério adotado para definição do valor de referência dos instrumentos financeiros derivativos está atrelado ao valor da dívida e/ou dos ativos expostos a riscos.

e. Risco de taxa de câmbio

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012, a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, por meio da “holding” Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas em sua moeda funcional, o dólar norte-americano.

As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas pela Sociedade.

Em 31 de março de 2019, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos

Notas Explicativas

financeiros de proteção (estruturas de *hedge*), em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	129	175.499
Contas a receber operacionais	401	43.536
Outros ativos	-	6.761
Investimentos em moeda estrangeira	(311.981)	-
Imobilizado	-	4.677
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	602.883
Total	(311.451)	833.356
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	-	(99.908)
Outros passivos	-	(18.999)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(472.252)	(879.894)
Imposto de renda diferido	-	(26.187)
Efeito tributário "Bonds"	159.800	159.800
Total	(312.452)	(865.188)
Posição comprada (vendida) de dólares norte-americanos	(623.903)	(31.832)

Em 31 de dezembro de 2018, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora	Consolidado
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.918	164.094
Contas a receber operacionais	256	153.976
Outros ativos	-	4.522
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	4.679
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	562.135
Total	315.155	889.406
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	-	(179.026)
Outros passivos	-	(19.221)
Empréstimos e financiamentos no exterior – Principal, juros e encargos	(472.252)	(879.672)
Imposto de renda diferido	-	(33.626)
Efeito tributário "Bonds"	159.800	159.800
Total	(312.452)	(951.745)
Posição comprada (vendida) de dólares norte-americanos	2.703	(62.339)

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

A Sociedade está exposta principalmente ao dólar norte-americano.

A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor.

Em 31 de março de 2019, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

Notas Explicativas

	Controladora			Consolidado		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Resultado (i)	(200)	(500)	(1000)	44.918	112.295	224.590
Patrimônio líquido (i)	(672)	(1.679)	(3.358)	(269.673)	(674.183)	(1.348.365)

(i) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

f. Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados do Grupo estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes.

De acordo com suas políticas financeiras, o Grupo vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha. O Grupo opera com instrumentos financeiros dentro dos limites e alçadas estabelecidos pela Administração.

g. Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

h. Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras e os juros decorrentes dos empréstimos do Grupo são principalmente afetados pelas variações na taxa DI (fonte: Cetip). Em 31 de março de 2019, os saldos expostos à variação do DI são R\$ 649.523 na controladora e R\$ 2.920.641 no consolidado referente às aplicações financeiras os saldos expostos a variação do DI são, na controladora R\$ 5.336.012 e R\$ 7.844.804 consolidado, decorrentes dos empréstimos e financiamentos. Estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	31/03/2019			31/03/2018		
	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	569	1.422	2.843	4.518	11.294	22.588
Empréstimos e financiamentos	(9.784)	(24.461)	(48.922)	(14.671)	(36.679)	(73.357)

27 Transações e saldos com partes relacionadas

No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade e suas controladas operações com partes relacionadas, tais como contas a receber dos bancos emissores que fazem parte de conglomerados financeiros dos quais os acionistas controladores (Banco Bradesco S.A. e Banco do Brasil S.A.) detêm participação acionária, bem como despesas e receitas com serviços prestados pela Servinet, Orizon, Multidisplay, M4Produtos, Cateno, Braspag, Aliança e Stelo.

A Sociedade e suas controladas, na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realizam cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Ainda, a natureza das atividades da Sociedade faz com que ela celebre contratos com diversos emissores, sendo alguns desses emissores seus acionistas diretos ou indiretos. A Sociedade e suas controladas acreditam que em todos os contratos firmados com suas partes relacionadas são observadas condições equânimes de mercado (“*arm’s-length basis*”).

Notas Explicativas

As tabelas a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de março de 2019 e de 31 de dezembro de 2018, discriminados por modalidade de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade e suas controladas participam, bem como as movimentações relativas aos trimestres findos em 31 de março de 2019 e de 2018:

	Controladora					31/12/2018
	31/03/2019				Total	
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)	Fundos de investimentos (iv)		
						Total
Ativos (Passivos):						
Caixa e Equivalentes de Caixa (a)	2.495	-	-	-	2.495	13.440
Contas a receber operacionais	20.620.960	-	-	-	20.620.960	20.306.124
Empréstimos e Financiamentos (g)	(3.355.194)	-	-	-	(3.355.194)	(3.414.565)
Contas a receber com partes relacionadas	-	18.911	(830)	-	18.081	19.457
Contas a pagar com partes relacionadas	-	(48.543)	(102.894)	(9.025.501)	(9.176.939)	(9.425.751)

	31/03/2019				Total	31/03/2018
	31/03/2019			Total		
	Controladores (i)	Controladas diretas (ii)	Controladas indiretas (iii)			
						Total
Receitas:						
Receitas de aplicações financeiras (a)	1.305	-	-	538.766	540.071	5.105
Receitas de prestação de outros serviços (b)	12.142	1.425	842	75	14.484	19.163
Receitas de aluguel de equipamentos de captura de transações (c)	81.680	-	-	-	81.680	19.230
Despesas:						
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(1.162)	-	-	-	(1.162)	(1.088)
Outras despesas operacionais (d)	(12.735)	(215)	(1.130)	-	(14.080)	(32.660)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet e Aliança (e)	-	(72.776)	-	-	(72.776)	(46.695)
Prestação de serviços de processamento de dados (f)	-	(226)	-	-	(226)	(888)
Despesas financeiras (g)	(56.080)	-	-	-	(56.080)	(59.021)

Notas Explicativas

Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores

A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vincendos, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta corrente são líquidos das taxas de antecipação, “*pro rata temporis*”, calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

Serviços de utilização da rede credenciada Cielo (“Value Added Network - VAN”)

A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de “*back office*” operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex

A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com o Banco Bradesco Cartões S.A. (que incorporou o Banco BankPar S.A.) (“Banco Bradesco Cartões”), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express (“Amex”) no Brasil. O contrato estabelecia, até 2015, a remuneração do Banco Bradesco Cartões, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, com abstenção dos legalmente impedidos por conflito de interesse. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

Participação de Credenciadora nos Arranjos de Pagamento Elo

A Sociedade é participante dos Arranjos de Pagamento Elo, cujo instituidor é a Elo Serviços S.A. A Sociedade participa dos Arranjos Elo na qualidade de Credenciadora, o que inclui a prestação de serviços de credenciamento e manutenção de estabelecimentos comerciais, a participação do processamento e liquidação de transações realizadas com os instrumentos de pagamento dos Arranjos Elo e a licença de uso das marcas Elo, em conformidade com as especificações técnicas constantes dos seus manuais. A Sociedade remunera a Elo pela sua participação como credenciadora nos Arranjos Elo, sendo que as condições e preços da referida participação são semelhantes àqueles praticados com os demais credenciadores.

Trava de domicílio bancário

É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

Escrituração de ações da Sociedade

Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., no qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de

Notas Explicativas

certificados de ações de emissão da Sociedade.

Serviços operacionais - Programa de emissão de ações

Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações (“*stock options*”) e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

Serviços de gestão de pagamentos

O Banco do Brasil celebrou contrato de prestação de serviços com a Cateno para atuar na condição de Instituição de Pagamento como gestora de contas de pagamento pós-pagas e de funcionalidades de compra via débito no Arranjo de Pagamento Ourocard, enquanto as atividades de Direitos Outorgados à Cateno não forem por ela exercidas. O contrato possui cláusula de remuneração de 0,01% sobre o volume financeiro total de transações realizadas sob gestão da Contratante.

Serviços de escrituração de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco S.A. consiste na prestação de serviços de escrituração de debêntures e banco mandatário.

Serviços de gestão de títulos e valores mobiliários

O contrato firmado com o Banco Bradesco BBI S.A. consiste na prestação de serviços de coordenação e distribuição de notas promissórias e debêntures, sendo a última, nos termos da Instrução CVM nº 400.

Serviços de gerenciamento operacional de títulos públicos e títulos privados

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. tem por objeto regular a prestação dos serviços de movimentação, custódia e liquidação financeira das operações realizadas com títulos públicos registrados na SELIC e com títulos privados registrados na CETIP.

Serviços de representação junto à CIP

O contrato firmado com o Banco do Brasil S.A. consiste na representação do banco junto à CIP - Câmara Interbancária de Pagamentos, visando à prestação de serviços de liquidação das transações efetuadas com os cartões de crédito e/ou débito e prestação de serviços de emissões de STR's - Sistema de Transferência de Reservas.

Outros contratos pulverizados

Além dos saldos registrados, a Sociedade presta serviços de processamento e licença de plataforma para a Elo Serviços S.A. e mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de “*cash management*”;
- Seguros contratados;
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar;
- Cartão de crédito corporativo;
- Serviço de pagamento a fornecedores.

28 Itens que não afetam o caixa

Na elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa da Sociedade foram incluídas no caixa líquido gerado nas atividades de financiamento e de investimento apenas as transações que efetivamente movimentaram o caixa da Sociedade. No quadro abaixo estão demonstradas todas as demais movimentações dos saldos de investimentos e financiamentos que não envolveram o uso de caixa e/ou equivalentes de caixa:

Notas Explicativas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2019	31/03/2018	31/03/2019	31/03/2018
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior	(4.936)	(699)	-	-
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	29.018	13.297	39.791	32.624
Benefício pós emprego	(5.557)	-	-	-
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	147.800	150.600	147.800	150.600
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber de controlada direta	128.829	16.474	-	-

29 Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2019, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

Modalidade	Importância segurada
Responsabilidade civil e executivos	270.000
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	231.332
Lucros cessantes	19.894
Armazenagem de equipamentos de captura de transações	230.000
Transporte de equipamentos de captura de transações	2.500.000

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos

Acionistas e ao Conselho de Administração da

Cielo S.A.

Barueri - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Cielo S.A. ("Sociedade"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2019, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Sociedade é responsável pela elaboração dessas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, relativas à demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2019, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Sociedade, cuja apresentação não é requerida pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições de pagamento autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, foram submetidas a procedimentos de revisão executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais - ITR da Sociedade. Para a formação de nossa conclusão, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que a demonstração do valor adicionado acima referida não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Osasco, 23 de abril de 2019

KPMG Auditores Independentes

CRC 2SP028567/O-1 F-SP

João Paulo Dal Poz Alouche

CRC 1SP245785/O-2

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

Os Srs. membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A. (“Companhia”), no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia, acompanhadas do Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR dos Auditores Independentes, sem ressalvas, referentes ao 1º trimestre de 2019, findo em 31 de março de 2019 (“ITR 1º Tri”), por unanimidade, opinaram favoravelmente e sem ressalvas, concluindo que os documentos examinados refletem adequadamente a situação patrimonial, a posição financeira e as atividades desenvolvidas pela Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas da Companhia referentes ao 1º trimestre de 2019 - findo em 31 de março de 2019 ("ITR 1º Tri").

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que reviu, discutiu e concordou com as opiniões expressas no Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais – ITR, sem ressalvas, referente ao 1º trimestre de 2019 - findo em 31 de março de 2019 (“ITR 1º Tri”), emitido pela KPMG Auditores Independentes.